

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR

CNPJ: 04.763.223/0001-61

BALANÇO PATRIMONIAL em 01/01/2020 a 31/12/2020

Nome	31/12/2019	31/12/2020	Nome	31/12/2019	31/12/2020
ATIVO			PASSIVO		
ATIVO CIRCULANTE	28.866.260,65	24.086.459,80	PASSIVO CIRCULANTE	28.866.260,65	24.086.459,80
DISPONIBILIDADES	20.127.314,43	14.120.266,93	CONTAS A PAGAR	749.693,26	1.012.805,27
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	12.458.634,13	4.605.759,40	DEMAIS CONTAS A PAGAR	10.978,30	466,27
Banco do Brasil S/A - 9633-4 DETRAN/RO - Precatório	12.458.634,13	4.605.759,40	Desconto Ordem Judicial	0,00	466,27
	2,35	0,00	Caução a pagar	10.978,30	0,00
Banco do Brasil S/A - 9710-1 - Recurso Iluminação Pública	5.378.512,71	3.965.345,08	PARCELAMENTOS	738.714,96	1.012.339,00
Banco do Brasil S/A - 10.103-6 - RP - Custeio	1.511.114,54	1.089,98	PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS	738.714,96	1.012.339,00
Banco do Brasil S/A - 10.106-0 - RP - Iluminação Pública 2016	5.558.094,82	639.324,34	Parcelamento de FGTS -Processo	74.610,53	64.339,00
Banco do Brasil S/A - 10.346-2 - Madeira Cor-	10.909,71	0,00	Parcelamento Previdenciário - 11/4/2017	29.977,05	42.000,00
			Parcelamento PGE/RO - Proc. 132/2018	530.627,38	816.000,00
			Parcelamento Ministerio da Fazenda - 08/1/2017	103.500,00	90.000,00
DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO					
ADIANTAMENTOS	208.397,84	219.239,67			
Adiantamento de Férias	203.297,36	219.175,28	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.931.329,36	1.994.336,97
Adiantamento 13° Salário	190.300,07	206.177,99	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	2.931.329,36	1.994.336,97
	12.997,29	12.997,29	PARCELAMENTO DE TRIBUTOS	371.773,16	371.773,16
			INSS	60.183,98	0,00
ADIANTAMENTO A FORNECEDOR	5.100,48	0,00	FGTS	355.687,05	325.988,21
Sistemas Contabeis	5.100,48	0,00	Parcelamento Demais Entidades	1.835.491,27	1.063.961,57
			Parcelamento PGE/RO	308.193,90	232.614,03
OUTROS CRÉDITOS	0,00	64,39			
Multas a Ressarcir	0,00	64,39	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.185.238,03	21.079.317,56
			CAPITAL	8.080.894,02	8.080.894,02
ESTOQUES	7.460.282,46	9.295.267,86	CAPITAL SOCIAL	8.080.894,02	8.080.894,02
PARA CONSUMO	210.977,55	155.483,01	Capital Social Subscrito	8.080.894,02	8.080.894,02
Material de Copa e Cozinha	795,93	1.342,93	RESERVAS	6.366.629,50	6.366.629,50
Material de Limpeza	11.654,05	19.724,78	RESERVAS DE LUCROS	6.366.629,50	6.366.629,50
Gêneros Alimentícios	1.572,43	2.766,30	Reserva Legal	318.331,47	318.331,47
Material de Processamento de Dados	0,00	81.774,36	Reserva Estatutária	6.048.298,03	6.048.298,03
Material de Consumo	196.955,14	22.193,54			
Material de Expediente	0,00	27.681,10			
PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	7.249.304,91	9.139.784,85	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	2.678.796,00	2.678.796,00
Materiais Elétricos	6.911.816,67	8.866.903,24	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	2.678.796,00	2.678.796,00
Outros Materiais Para Iluminação Pública	36.210,55	161.537,46			

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR

Página: 2

CNPJ: 04.763.223/0001-61

Balanco Patrimonial em 01/01/2020 a 31/12/2020

Nome	31/12/2019	31/12/2020	Nome	31/12/2019	31/12/2020
Material de Proteção e Segurança	301.277,69	111.344,15	Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.678.796,00	2.678.796,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.738.946,22	9.966.192,87	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	8.058.918,51	3.952.998,04
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	583.057,28	0,00	PREJUÍZOS ACUMULADOS	(2.414.533,03)	(5.938.534,70)
DEPÓSITOS JUDICIAIS	583.057,28	0,00	Prejuizos Acumulados	(2.414.533,03)	(2.414.533,03)
Depositos Judiciais	583.057,28	0,00	Prejuizo do Exercício Findo	0,00	(3.524.001,67)
IMOBILIZADO	8.155.888,94	9.966.192,87	RESULTADO DO EXERCÍCIO	10.473.451,54	9.891.532,74
BENS E DIREITOS EM USO	5.460.419,63	5.837.365,63	Ajustes de Exercícios Anteriores	10.473.451,54	9.891.532,74
Móveis e Utensílios	177.930,14	391.013,14			
Equipamentos para áudio	30.576,50	30.576,50			
Veículos	403.766,96	403.766,96			
Predios	1.796.435,18	1.796.435,18			
Terrenos	1.665.894,22	1.665.894,22			
Equipamentos de Processamento de Dados	1.350.096,04	1.492.868,04			
Veiculos Automotores modelo motocicleta 0 km	12.980,00	12.980,00			
Material de Proteção e Segurança	2.475,00	3.895,00			
Maquinas e Equipamentos	20.265,59	39.936,59			
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(1.165.823,17)	(1.663.468,87)			
Móveis e Utensílios	(18.003,00)	(30.642,84)			
Equipamento para audio	(20.909,32)	(23.164,84)			
Veículos	(333.739,74)	(566.841,74)			
Predios	(538.930,52)	(610.787,92)			
Equipamentos de Processamentos de Dados	(239.630,02)	(411.030,17)			
Veiculos Automotores modelo motocicleta 0 km	(10.384,00)	(12.980,00)			
Máquinas e Equipamentos	(3.979,07)	(7.317,03)			
Material de Proteção e Segurança	(247,50)	(704,33)			
BENS DE USO DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	6.014.189,17	8.853.614,93			
Maquinas e Equipamentos	964.143,56	3.123.422,59			
Veiculos	4.804.273,02	5.394.919,75			
Móveis e Utensílios	203.135,10	242.635,10			
Equipamentos de Comunicação	42.637,49	92.637,49			

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR

CNPJ : 04.763.223/0001-61

Balanco Patrimonial em 01/01/2020 a 31/12/2020

31/12/2019 31/12/2020

Nome

DEPRECIACÃO ACUMULADA	(3.061.318,82)
Máquinas e Equipamentos	(552.106,55)
Veículos	(2.443.635,11)
Móveis e Utensílios	(39.672,60)
Equipamentos de Comunicação	(25.904,56)
BENS DE USO - FÁBRICA DE ARTEFATOS	243.720,75
Máquinas e Equipamentos	243.720,75

PORTO VELHO/RO, 11 de Março de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE DE ACORDO COM A LEI 6404/76.

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Destarte insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

2 – BALANÇO PATRIMONIAL - BP

Evidencia qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

O Balanço Patrimonial apresenta uma posição estática ao final do exercício financeiro de 2020, está representada de forma resumida neste relatório e analiticamente em anexos explicativos que compõem a prestação de contas da EMDUR.

CLAUDIANE GUERSON NASCIMENTO QUEIROZ

CRC: 009157 / RO Contadora – EMDUR

GUSTAVO BELTRAME
Diretor Presidente - EMDUR

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
BALANÇO PATRIMONIAL EM 01/01/2020 A 31/12/2020

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
CNPJ: 04.763.223/0001-61

BALANÇO PATRIMONIAL em 01/01/2020 a 31/12/2020

Nome	31/12/2019	31/12/2020	Nome	31/12/2019	31/12/2020
ATIVO	28.866.260,65	24.086.459,80	PASSIVO	28.866.260,65	24.086.459,80
ATIVO CIRCULANTE	20.127.314,43	14.120.266,93	PASSIVO CIRCULANTE	749.693,26	1.012.805,27
DISPONIBILIDADES	12.458.634,13	4.605.759,40	CONTAS A PAGAR	10.978,30	466,27
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	12.458.634,13	4.605.759,40	DEMAIS CONTAS A PAGAR	10.978,30	466,27
Banco do Brasil S/A - 9633-4 DETRAN/RO - Precatório	2,35	0,00	Desconto Ordem Judicial	0,00	466,27
Banco do Brasil S/A - 9710-1 - Recurso Iluminação Pública	5.378.512,71	3.965.345,08	Caução a pagar	10.978,30	0,00
Banco do Brasil S/A - 10.103-6 - RP - Custeio	1.511.114,54	1.089,98	PARCELAMENTOS	738.714,96	1.012.339,00
B20a Início do Brasil S/A - 10.106-0 - RP - Iluminação Pública 2016	5.558.094,82	639.324,34	PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS	738.714,96	1.012.339,00
Banco do Brasil S/A - 10.346-2 - Madeira	10.909,71	0,00	Parcelamento de FGTS -Processo	74.610,53	64.339,00
			Parcelamento Previdenciário - 114/2017	29.977,05	42.000,00
			Parcelamento PGE/RO - Proc. 132/2018	530.627,38	816.000,00
DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	208.397,84	219.239,67	Parcelamento Ministerio da Fazenda - 081/2017	103.500,00	90.000,00
ADIANTAMENTOS	203.297,36	219.175,28	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.931.329,36	1.994.336,97
Adiantamento de Férias	190.300,07	206.177,99	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.931.329,36	1.994.336,97
Adiantamento 13º Salario	12.997,29	12.997,29	PARCELAMENTO DE TRIBUTOS	2.931.329,36	1.994.336,97
ADIANTAMENTO A FORNECEDOR	5.100,48	0,00	INSS	371.773,16	371.773,16
Sistemas Contabeis	5.100,48	0,00	FGTS	60.183,98	0,00
			Parcelamento Demais Entidades	355.687,05	325.988,21
OUTROS CRÉDITOS	0,00	64,39	Parcelamento PGE/RO	1.835.491,27	1.063.961,57
Multas a Ressarcir	0,00	64,39	Parcelamento Ministerio da Fazenda - 081/2017	308.193,90	232.614,03
ESTOQUES	7.460.282,46	9.295.267,86	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.185.238,03	21.079.317,56
PARA CONSUMO	210.977,55	155.483,01	CAPITAL	8.080.894,02	8.080.894,02
Material de Copa e Cozinha	795,93	1.342,93	CAPITAL SOCIAL	8.080.894,02	8.080.894,02
Material de Limpeza	11.654,05	19.724,78	Capital Social Subscrito	8.080.894,02	8.080.894,02
Gêneros Alimentícios	1.572,43	2.766,30	RESERVAS	6.366.629,50	6.366.629,50
Material de Processamento de Dados	0,00	81.774,36	RESERVAS DE LÚCROS	6.366.629,50	6.366.629,50
Material de Consumo	196.955,14	22.193,54	Reserva Legal	318.331,47	318.331,47
Material de Expediente	0,00	27.681,10	Reserva Estatutária	6.048.298,03	6.048.298,03
PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	7.249.304,91	9.139.784,85	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	2.678.796,00	2.678.796,00
Materiais Elétricos	6.911.816,67	8.866.903,24	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	2.678.796,00	2.678.796,00
Outros Materiais Para Iluminação Pública	36.210,55	161.537,46			
Nome	31/12/2019	31/12/2020	Nome	31/12/2019	31/12/2020
Material de Proteção e Segurança	301.277,69	111.344,15	Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.678.796,00	2.678.796,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.738.946,22	9.966.192,87	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	8.058.918,51	3.952.998,04
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	583.057,28	0,00	PREJUÍZOS ACUMULADOS	(2.414.533,03)	(5.938.534,70)
DEPÓSITOS JUDICIAIS	583.057,28	0,00	Prejuizos Acumulados	(2.414.533,03)	(2.414.533,03)
Depositos Judiciais	583.057,28	0,00	Prejuizo do Exercício Findo	0,00	(3.524.001,67)
IMOBILIZADO	8.155.888,94	9.966.192,87	RESULTADO DO EXERCÍCIO	10.473.451,54	9.891.532,74
BENS E DIREITOS EM USO	5.460.419,63	5.837.365,63	Ajustes de Exercícios Anteriores	10.473.451,54	9.891.532,74
Móveis e Utensílios	177.930,14	391.013,14			
Equipamentos para áudio	30.576,50	30.576,50			
Veículos	403.766,96	403.766,96			
Predios	1.796.435,18	1.796.435,18			
Terrenos	1.665.894,22	1.665.894,22			
Equipamentos de Processamento de Dados	1.350.096,04	1.492.868,04			
Veículos Automotores modelo motocicleta 0 km	12.980,00	12.980,00			
Material de Proteção e Segurança	2.475,00	3.895,00			
Maquinas e Equipamentos	20.265,59	39.936,59			
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(1.165.823,17)	(1.663.468,87)			
Móveis e Utensílios	(18.003,00)	(30.642,84)			

Equipamento para audio	(20.909,32)	(23.164,84)		
Veículos	(333.739,74)	(566.841,74)		
Predios	(538.930,52)	(610.787,92)		
Equipamentos de Processamentos de Dados	(239.630,02)	(411.030,17)		
Veículos Automotores modelo motocicleta 0 km	(10.384,00)	(12.980,00)		
Máquinas e Equipamentos	(3.979,07)	(7.317,03)		
Material de Proteção e Segurança	(247,50)	(704,33)		
BENS DE USO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	6.014.189,17	8.853.614,93		
Maquinas e Equipamentos	964.143,56	3.123.422,59		
Veículos	4.804.273,02	5.394.919,75		
Móveis e Utensílios	203.135,10	242.635,10		
Equipamentos de Comunicação	42.637,49	92.637,49		
Nome	31/12/2019	31/12/2020	Nome	31/12/2019 31/12/2020
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(2.396.617,44)	(3.061.318,82)		
Máquinas e Equipamentos	(291.572,60)	(552.106,55)		
Veículos	(2.073.896,44)	(2.443.635,11)		
Móveis e Utensílios	(22.104,65)	(39.672,60)		
Equipamentos de Comunicação	(9.043,75)	(25.904,56)		
BENS DE USO - FÁBRICA DE ARTEFATOS	243.720,75	0,00		
Máquinas e Equipamentos	243.720,75	0,00		

PORTO VELHO/RO, 11 de Março de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE DE ACORDO COM A LEI 6404/76.

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Destarte insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

2 – BALANÇO PATRIMONIAL - BP

Evidencia qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

O Balanço Patrimonial apresenta uma posição estática ao final do exercício financeiro de 2020, está representada de forma resumida neste relatório e analiticamente em anexos explicativos que compõem a prestação de contas da EMDUR.

CLAUDIANE GUERSON NASCIMENTO QUEIROZ

CRC: 009157 / RO Contadora – EMDUR

GUSTAVO BELTRAME

Diretor Presidente - EMDUR

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:8290893F

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 12/03/2021. Edição 2922
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE DE ACORDO COM A LEI 6404/76.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Município de Porto Velho criou a Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR, através da Lei nº 186 de 24/04/1980 e alterada pela Lei nº 2056 de 16/07/2013, pessoa jurídica de direito privado, mediante autorização de lei específica, com capital exclusivamente público, para a prestação de serviços públicos relativos ao desenvolvimento urbano, auxiliando a Municipalidade no cumprimento de suas atividades / obrigações;

A Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR, não possui capacidade contributiva, pois não distribui lucros ou resultados direta ou indiretamente a particulares nem têm por objetivo principal conceder acréscimo patrimonial ao Poder Público Municipal, não recebendo contraprestação ou pagamento de taxas (espécie tributária) ou tarifa (preços públicos), vez que executa serviços públicos gerais (coletivos, indivisíveis), custeada com recursos municipais que lhe são destinados por meio das Leis (PPA, LDO e LOA), sendo a fonte de tais recursos o próprio tesouro municipal (produto da arrecadação dos impostos gerais e COSIP);

A Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR, não concorre com nenhuma empresa privada, pois não é exploradora de atividade econômica com o fim meramente especulativo, mas delegatária de serviços públicos de desenvolvimento urbano de competência exclusiva dos Municípios, agindo em nome do Município de Porto Velho e do interesse público, visto que a execução da política de desenvolvimento urbano é de competência exclusiva dos Municípios.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.



Destarte insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico com base em valor originário de ativos e passivos.

3.2 Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (reais).

3.3 Caixas e equivalentes de caixa e investimentos em curto prazo

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e investimentos em curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata ou vencimento original em até três meses após o encerramento do exercício financeiro.

Os demais investimentos, com vencimentos originais superiores a três meses, são reconhecidos a valor justo com movimentações pelo resultado e registrados em investimentos a curto prazo.

3.4 Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo de aquisição. As respectivas baixas por consumo foram realizadas através de inventário físico periódico de forma anual contra as aquisições durante o exercício, devido a não utilização de baixas por requisições em período de tempo menor.

A data base do levantamento do Inventário foi de 31 de dezembro de 2020, conforme relatório da Comissão formalizada pela Portaria nº 147/2020/GAB/EMDUR, datado de 19 de outubro de 2020, tendo como empregados públicos designados para compor a Comissão de Inventário de 2020 os seguintes: Ivante Trombini Ferreira, matrícula 1-9, na função de Presidente, e como membros Matheus Moore Cortez Soares, matrícula nº 178, Ivan Tavares



Oliveira, matrícula nº 101-5, Jessica Taynara Alves da Silva, matrícula nº 188, João Philipe de Padua Silva, matrícula nº 178-3, Alef Cally A. Naje Pedraza, matrícula nº 172-4, e Juliana Miranda Feitosa, matrícula nº 233-0.

3.5 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos com previsão de realização ou que se pretenda consumir no prazo de até 12 (doze) meses a partir da data do balanço, são classificados como ativo circulante.

Os passivos com previsão de liquidação no prazo de 12 (doze) meses a partir da data do balanço são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos são classificados como "não circulantes".

3.6 Do valor do Imóvel sede da EMDUR

O imóvel sede está contabilizado pelo método do valor justo, tendo sido realizado a reavaliação no exercício de 2012, com base em laudo pericial emitido por perito avaliador credenciado.

3.7 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo originário, líquido da depreciação acumulada. O custo inclui o montante de reposição, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando os componentes significativos do imobilizado são repostos, a Companhia reconhece tais componentes como ativo individuais, com vida úteis e depreciações específicas.

Os itens do imobilizado, eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação, no caso bens inservíveis.

Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos (calculados como a diferença entre o resultado líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) são incluídas no resultado.

3.8 Depreciação

Durante o exercício de 2020 fora contabilizado a depreciação dos Móveis e Utensílios, equipamentos para áudio, veículos, equipamentos de processamentos de dados, veículos Automotores modelo motocicleta, máquinas e equipamentos, Material de Proteção e Segurança, Equipamentos de Comunicação e do imóvel sede da EMDUR, em consonância



com a realizada pela Contabilidade Pública trimestralmente, atendendo determinação da Gerência Financeira/EMDUR.

3.9 Ativo Intangível

Os valores intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição reduzido da amortização acumulada e eventual provisão de perda pelo valor recuperável.

Durante o exercício o valor registrado como intangível fora baixado devido não possuímos bens nessa condição atualmente, bem como fora atendido a orientação de baixa constante no exercício de 2013, quando de sua análise pelo Controle Interno.

3.10 Redução ao valor recuperáveis de Ativos

O imobilizado é avaliado anualmente para de identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

A Empresa avaliou seus ativos, na data do balanço, e concluiu que houve a necessidade de reconhecimento de perdas registradas conforme o Inventário físico realizado.

3.11 Ajuste a valor presente

Na avaliação para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos, não foi constatado a aplicabilidade destes ajustes, destacando-se as seguintes razões:

- Outros Créditos no Realizável a Longo Prazo: aguardando conclusão do processo investigatório pelo Ministério Público;
- Fornecedores: curto prazo para liquidação de todas as obrigações;
- Empréstimos e financiamentos: Não ocorrência no exercício.

3.12 Contas a pagar aos fornecedores

Reconhecidas pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.



3.13 Do repasse de recursos financeiros pelo Município de Porto Velho e o Orçamento anual

Os recebimentos de repasses para custeio das despesas administrativas e de iluminação pública são contabilizados pela previsão orçamentária prevista na LOA do Município de Porto Velho, registrando todas as alterações orçamentárias realizadas pela Municipalidade.

3.14 Passivo – Parcelamentos de encargos e tributos

Os parcelamentos de encargos sociais e tributos são contabilizados no Passivo Circulante no total de 12 (doze) parcelas e as demais no Não Circulante. As rubricas estão separadas por códigos de parcelamentos para maior controle.

Para fins de contabilização do Passivo Circulante foram utilizado às contas de provisões genéricas do PNC contabilizadas em exercícios anteriores, sendo que será utilizado até a quitação do parcelamento ou o zeramento do saldo da conta, o que ocorrer primeiro.

3.15 Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos não são devidos pelo fato de que a EMDUR é uma Empresa Pública de direito privado, delegatária de serviços públicos e subvencionada pela Prefeitura, com recursos advindos da LOA do Município de Porto Velho.

3.16 Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitada em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em notas explicativas.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgadas em notas explicativas.

Considerando tais informações esta EMDUR reconheceu como **PASSIVO CONTINGENTE** de acordo com o processo 0062400-06.1998.5.14.0002 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, que se encontrava em fase Judicial, o valor de **R\$ 3.778.541,02** (três milhões setecentos e setenta e oito mil quinhentos e quarenta e um reais e dois centavos), tais valores encontram-se subsidiados no OFÍCIO PRECATÓRIO N 07-2019 com data de transito em julgado da conta de liquidação do dia 20.11.2018.



Fora pago no exercício de 2020 o Passivo Contingente acima reconhecido no ano de 2019, pago o valor total de R\$ 3.947.953,98 (três milhões novecentos e quarenta e sete mil e novecentos e cinquenta e três reais e noventa e oito centavos).

3.17 Outras provisões

As demais provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação usando uma taxa de juros antes de impostos, as quais reflitam as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira.

3.18 Receitas/Repasses

As receitas são reconhecidas quando repassadas pela Prefeitura Municipal de Porto Velho – PMPV de acordo com previsto nas LEIS ORÇAMENTARIAS MUNICIPAIS, sendo a fonte 1010, esta utilizada para o custeio administrativo e de Iluminação Pública desta EMDUR, sendo esta alimentada pela contribuição sobre iluminação pública COSIP, repassado aos cofres públicos pelo Grupo Energisa, servindo para custear todo o serviço desta Empresa. Ademais informa-se que a EMDUR é 100% custeada pela Prefeitura de Porto Velho estando portanto, funcionando como fosse uma Autarquia Fundacional, tendo em vista, os serviços que vem prestando a municipalidade e a forma de custeio dos mesmos.

3.19 Benefícios a empregados

A Empresa manteve no exercício o benefício de auxílio transporte aos empregados que fazem jus ao benefício, tendo efetuado o desconto de 6% do salário base, bem como o auxílio alimentação sendo este no valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) e o auxílio saúde sendo este no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) sem desconto aos empregados.



3.20 Apuração do lucro

A Empresa apura e demonstra o lucro nas suas demonstrações contábeis e financeiras, todavia, não ocorre a tributação do IRPJ e CSLL devido a Empresa possuir capitais 100% da Municipalidade e ser subvencionada através do seu Orçamento anual sendo, pois, responsável pela descentralização da Iluminação Pública da Capital e seus Distritos, não desenvolvendo atividades sociais com finalidade econômica, como ocorria outrora com a construção de conjuntos habitacionais e fabricação de artefatos de cimento visando o lucro.

3.21 Reconhecimento das Receitas

A Empresa no exercício de 2020 reconheceu as receitas tomando por base o orçamento previsto de repasses para essa EMDUR, obedecendo aos critérios de reconhecimentos específicos a seguir para que sejam reconhecidas:

a) Receitas de repasses - As receitas são reconhecidas através do Orçamento para o exercício corrente, baseado na LOA anual, registrando todas as alterações que ocorrer na mesma através de reformulações orçamentárias ou estornos de repasses com destinação para outras finalidades a critério da Municipalidade;

3.22 Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é um relatório contábil importante para a gestão financeira de uma empresa e faz parte do conjunto de relatórios exigido após a publicação das Leis nº 11.638/2007.

O relatório exhibe as contas ou conjuntos de contas, que contribuíram para aumentar ou diminuir os recursos de caixa de uma empresa, de um dado período para outro. É composto por três seções chamadas de atividades, onde se agrupam as contas, de acordo com suas origens, sendo:

- i) Atividades operacionais;
- ii) atividades de investimento;
- iii) atividades de financiamento.

Para demonstrar o fluxo de caixa do exercício findo optamos pelo método direto.

O método direto agrega as contas do Resultado que efetivamente representam entradas ou saídas de recursos de caixa.



As receitas e as despesas, de um modo geral representam, respectivamente, aumentos e reduções dos recursos de caixa. Determinadas despesas, como a depreciação, não afetam o caixa. Os aumentos ou diminuições de investimentos, pelo método da equivalência patrimonial também não afetam o caixa.

Antes de entrar com os dados, é interessante preparar uma planilha com os ajustes necessários das contas dos balanços, de modo a torná-los comparáveis.

3.23 Remuneração dos administradores

A Empresa remunera seus diretores através da folha de pagamento, juntamente com os demais empregados públicos. Nas reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, em que fazem parte o Diretor Presidente desta EMDUR, o mesmo faz jus a pagamentos de remuneração, inclusive por jetons, juntamente com todos os outros conselheiros.

3.24 Conciliações das contas

As contas foram devidamente conciliadas e revisadas com vista a dirimir as possibilidades de erros formais de classificação no plano de contas e de contabilização.

3.25 Da descrição e análise analítica do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2020

Adiante, passamos a apresentar o Balanço e dados das Demonstrações Contábeis encerrado de forma analítica, com as devidas análises relevantes a compreensão dos fatos contábeis registrados no exercício.

3.26 Baixa efetuada no Exercício de 2019.

1.1.2.05 – Adiantamento a Fornecedor

Fora efetuada no exercício financeiro de 2019 a Baixa de valores do ATIVO CIRCULANTE – CREDITO – Adiantamento a Fornecedor, por não atender o que preconiza a lei 6.404/76 juntamente com o CPC 00 (R2) no que tange a definição de ATIVO.

Os valores apresentados estão abaixo descritos.



Recuperar Recuperação e Manutenção de Ar Condicionado LTDA – ME	141,28
Gibbor Brasil Publicidades LTDA	6,45
TOTAL:	147,73

A conta Adiantamento a Fornecedor da empresa Recuperar Recuperação R\$ 141,28 (cento e quarenta e um reais e vinte e oito centavos) e da empresa Gibbor Brasil R\$ 6,45 (seis reais e quarenta e cinco centavos) referem-se a pagamentos efetuados a maior, decorrente da não retenção dos tributos, saldo de exercício anterior. Fora aberto processo para regularização das devidas pendências.

Tais valores ficarão disponíveis em **NOTAS EXPLICATIVAS** até o termino do processo e as devidas providências LEGAIS.

1.2.1.02 – Outros Créditos

Fora efetuada no exercício financeiro de 2019 a Baixa de valores do ATIVO REALIZAVEL LONGO PRAZO-ANC (ARLP), por não atender o que preconiza a lei 6404/76 juntamente com o CPC 00 (R2) no que tange a definição de ATIVO. Os Valores a supramencionados são de fornecedores que estão sob a investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia, realizado através da Operação *Luminus* ocorrida em agosto de 2012.

Os valores apresentados estão abaixo descritos.

EMPRESA	Valores em R\$
Brasil Soluti Projetos e Consultoria LTDA	64.960,00
Imagem Sinalização Viária LTDA	22.285,65
KAWAU Comércio, Serviços e Construções LTDA	316.634,63
L. de Oliveira R. Gomes Neta Materiais de Construção	22.469,20
Moriá Comércio e Serviços LTDA	139.955,36
Noberto & Lopes Construção LTDA	5.796,00
Pagamentos não identificados	540.666,27
Pagamentos sem documentos	2.500,00
Rinara Ribeiro Reis	2.604,90



SJB Construtora, Comércio e Serviços LTDA	2.660.174,58
TOTAL:	3.778.046,59

Os saldos das empresas: Brasil Soluti Projetos e Consultoria LTDA, Imagem Sinalização Viária LTDA, KAWAU Comércio, Serviços e Construções LTDA, L. de Oliveira R. Gomes Neta Materiais de Construção, Moriá Comércio e Serviços LTDA, Noberto & Lopes Construção LTDA, Pagamentos não identificados, Pagamentos sem documentos, Rinara Ribeiro Reis, SJB Construtora, Comércio e Serviços LTDA, Créditos não classificados refere-se a saldos implantados da contabilidade do exercício de 2012, sendo que os valores das contra prestações dos serviços e dos fornecimentos dos materiais adquiridos estão sob investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia.

Valores a receber dos fornecedores que estão sob a investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia, realizado através da **Operação Luminus** ocorrida em agosto de 2012, devido a indícios de fraudes em licitações, não fornecimento dos materiais de iluminação e a não prestação dos serviços contratados, bem como outros delitos pertinentes à administração pública. Os valores estão registrados pelo valor originário. Fora aberto processo para regularização das devidas pendências.

Tais valores ficarão disponíveis em **NOTAS EXPLICATIVAS** até o termino do processo e as devidas providências LEGAIS.

1.2.1.03 – Repasses da PMPV

Fora efetuada no exercício financeiro de 2019 a Baixa de valores do ATIVO REALIZAVEL LONGO PRAZO-ANC (ARLP), por não atender o que preconiza a lei 6404/76 juntamente com o CPC 00 (R2) no que tange a definição de ATIVO.

Os valores apresentados estão abaixo descritos.

Iluminação Pública	297.602,47
Créditos não classificados	17.448,77
TOTAL:	315.051,24

Créditos não classificados refere-se a saldos implantados da contabilidade do exercício de 2012, sendo que os valores das contra prestações dos serviços e dos fornecimentos dos



materiais adquiridos estão sob investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia. Fora aberto processo para regularização das devidas pendências. Tais valores ficarão disponíveis em **NOTAS EXPLICATIVAS** até o termino do processo e as devidas providências LEGAIS.

2.1.1.01 Fornecedores Gerais

Fora efetuada no exercício financeiro de 2019 a Baixa de valores do PASSIVO CIRCULANTE – Fornecedores Gerais, em atendimento ao apontamento do Controle Interno no Relatório de Auditoria da Prestação de Contas do Exercício de 2018. Fora aberto processo para regularização das devidas pendências.

Tais valores ficarão disponíveis em **NOTAS EXPLICATIVAS** até o término do processo e as devidas providências LEGAIS.

Os fornecedores abaixo refere-se a saldos remanescentes do exercício de 2012 estando estes sob investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia, realizado através da **Operação Luminus** ocorrida em agosto de 2012, devido a indícios de fraudes em licitações, não fornecimento dos materiais de iluminação e a não prestação dos serviços contratados, bem como outros delitos pertinentes à administração pública.

A. da Silva Menezes – ME	20.000,00
Alfa Casa Comércio de Materiais de Construção S/A	509.214,00
Eloi Tecnologia LTDA	146.000,00
Ergon Comércio Varejista e Assistência LTDA	38.040,00
Estrumetal Estruturas e Coberturas Metálicas LTDA	216.201,82
FBX Serviços de Segurança LTDA	10.997,24
Freitas & CIA LTDA	116.840,00
Helenmaq Comércio e Serviços LTDA – EPP	15.174,00
Jota de Lima Gonçalves - ME	3.571,70
Linhares Construções LTDA – EPP	30.566,09
Maria Eliza Garcia de Freitas de Almeida Produções	3.498,00
MMC Comércio e Serviços LTDA	25.981,00
PM Comércio e Serviços LTDA – ME	23.800,00



Proteção Máxima Vigilância e Segurança LTDA	4.150,52
Roberto José da Silva – ME	231,09
TOTAL:	1.164.265,46

Neste grupo, as contas permaneceram com valores implantados de exercícios anteriores.

Auto Posto Amazonas	219,85
Einstein Instituição de Ensino Ltda – EPP	86,06
JD Comercio e Importação Ltda	6.633,00
SESI – Serviço Social da Indústria	5.015,94
EPIS Industria e Comercio Eirelli –ME	2.932,35
Flac Clinicas odontológicas Ltda	779,30
Venezia Comercio de Caminhões LTDA	192,54
TOTAL:	15.859,04

Informamos que um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade.

3.27 Baixa efetuada no Exercício de 2020.

01.2.1.02 – Depósitos Judiciais

Fora efetuada no exercício financeiro de 2020 a Baixa de valores do ATIVO REALIZAVEL LONGO PRAZO-ANC (ARLP), por não atender o que preconiza a lei 6.404/76 juntamente com o CPC 00 (R2) no que tange a definição de ATIVO.

Os valores apresentados estão abaixo descritos.

Depósitos Judiciais	583.057,28
TOTAL:	583.057,28

Depósitos Judiciais refere-se a saldos implantados da contabilidade do exercício de 2012, onde fora contabilizado as transferências para depósitos judiciais, bem como os



desbloqueios de depósitos. Conforme apontamento do Controle Interno na Prestação de Contas de 2019 item 2.2.1.1 – Não Circulante, fora solicitado a verificação real do montante junto com a Assessoria Jurídica, informamos que foi baixado a rubrica para fins de regularização de conta.

Tais valores ficarão disponíveis em **NOTAS EXPLICATIVAS** para as devidas providências LEGAIS.

1 – ATIVO

1.1 CIRCULANTE

1.1.1 - DISPONIBILIDADES

1.1.1.02 – Disponibilidades – Bancos Conta Movimento

Os saldos das contas Bancos – Conta Movimento foram devidamente conciliadas.

1.1.1.03 – Disponibilidades – Bancos Conta Aplicação

Os saldos das contas Bancos – Aplicações Financeiras foram devidamente conciliadas, ficando demonstrando no Balanço Patrimonial os seguintes saldos:

Contas Aplicação	Valores em R\$
Banco do Brasil S/A – 9710-1 – Iluminação Pública	3.965.345,08
Banco do Brasil S/A – 9709-8 – Custeio Administrativo	0,00
Banco do Brasil S/A – 9633-4 – Precatório DETRAN	0,00
Banco do Brasil S/A – 10106- 0 – RP - Iluminação	639.324,34
Banco do Brasil S/A – 10103- 6 - RP - Custeio	1.089,98
Banco do Brasil S/A – 10.346-2 – Madeira Corretora	0,00
TOTAL:	4.605.759,40

1.1.2 – Direitos Realizáveis a Curto Prazo

1.1.2.04 – Adiantamentos

Adiantamento de Férias	206.177,99
------------------------	------------



Adiantamento de 13° Salário	12.997,29
TOTAL:	219.175,28

A conta Adiantamento de Férias refere-se ao pagamento de férias em dezembro de 2020 para gozo no mês de janeiro de 2021.

A conta Adiantamento de 13° Salário são valores pagos em duplicidade aos empregados, fora aberto processo para regularização das pendências. Referem-se a valores não descontados na segunda parcela do décimo terceiro, valores adiantados por conta do pagamento da primeira parcela, alguns valores não foram descontados em rescisão de contrato. O processo nº. 02.41.00087/2020 encontra-se com a assessoria jurídica para fazer as devidas análises e dar prosseguimento ao autos.

Conforme abaixo:

Eleonise Bentes Ramos Miranda	3.836,94	Não foi descontado em rescisão
Raimunda Livânia L. Cavalcante	1.780,94	Descontado a menor
Wilson Gomes Lopes	2.914,69	Não foi descontado em rescisão
José Irevan da Silveira	2.661,80	Não foi descontado em rescisão
Adão Gadelha	1.802,92	Descontado em rescisão

1.1.2.06 – Adiantamento a Fornecedor

Recuperar Recuperação e Manutenção de Ar Condicionado LTDA – ME	0,00
Gibbor Brasil Publicidades LTDA	0,00
TOTAL:	0,00

Fora efetuada no exercício financeiro de 2019 a Baixa de valores do ATIVO CIRCULANTE – CREDITO – Adiantamento a Fornecedor, por não atender o que preconiza a lei 6404/76 juntamente com o CPC 00 (R2) no que tange a definição de ATIVO. A conta Adiantamento a Fornecedor da empresa Recuperar Recuperação R\$ 141,28 (cento e quarenta e um reais e vinte e oito centavos) e da empresa Gibbor Brasil R\$ 6,45 (seis reais e quarenta e cinco



centavos) referem-se a pagamentos efetuados a maior, saldo de exercício anterior. Fora aberto processo para regularização das devidas pendências.

Tais valores ficarão disponíveis em **NOTAS EXPLICATIVAS** até o término do processo e as devidas providências LEGAIS.

1.1.2.10 – Outros Créditos

Multas a ressarcir	64,39
TOTAL:	64,39

Os valores constantes na conta multas a ressarcir refere-se a desconto parcelado em folha de pagamento.

1.1.3 – Estoques

1.1.3.01 – Para Consumo

Material de Copa e Cozinha	1.342,93
Material de Expediente	27.681,10
Material de Limpeza	19.724,78
Gêneros Alimentícios	2.766,30
Material de Processamento de Dados	81.774,36
Material de Consumo	22.193,54
TOTAL:	155.483,01

1.1.3.02 – Para Iluminação Pública

Materiais Elétricos	8.866.903,24
Outros Materiais Para Iluminação Pública	161.537,46
Material de Proteção e Segurança	111.344,15
TOTAL:	9.139.784,85

Os valores constantes como saldo nas contas de Estoque para Consumo e para Iluminação Pública estão em conformidade conforme levantamento da Comissão de Inventário e



Almoxarifado e Inventário de Bens Móveis, Portaria nº 147/2020/GAB/EMDUR, datado de 19 de outubro de 2020, Processo nº 02.41.00149/2020.

1.2 NÃO CIRCULANTE

1.2.1 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

1.2.1.02 – Depósitos Judiciais

Depósitos Judiciais	0,00
TOTAL:	0,00

O montante da conta Depósitos Judiciais refere-se a R\$ 583.057,28 (quinhentos e oitenta e três mil e cinquenta e sete mil reais e vinte e oito centavos) refere-se a saldos implantados da contabilidade do exercício de 2012, onde fora contabilizado as transferências para depósitos judiciais, bem como os desbloqueios de depósitos. Conforme apontamento do Controle Interno na Prestação de Contas de 2019 item 2.2.1.1 – Não Circulante, fora solicitado a verificação real do montante junto com a Assessoria Jurídica, informamos que foi baixado a rubrica para fins de regularização de conta.

Tais valores ficarão disponíveis em **NOTAS EXPLICATIVAS** para as devidas providências LEGAIS.

1.2.1.02 – Outros Créditos

Brasil Soluti Projetos e Consultoria LTDA	0,00
Imagem Sinalização Viária LTDA	0,00
KAWAU Comércio, Serviços e Construções LTDA	0,00
L. de Oliveira R. Gomes Neta Materiais de Construção	0,00
Moriá Comércio e Serviços LTDA	0,00
Noberto & Lopes Construção LTDA	0,00
Pagamentos não identificados	0,00
Pagamentos sem documentos	0,00
Rinara Ribeiro Reis	0,00



SJB Construtora, Comércio e Serviços LTDA	0,00
TOTAL:	0,00

Fora efetuada no exercício financeiro de 2019 a Baixa de valores do ATIVO REALIZAVEL LONGO PRAZO-ANC (ARLP) – Outros Creditos, por não atender o que preconiza a lei 6404/76 juntamente com o CPC 00 (R2) no que tange a definição de ATIVO.

Os saldos das empresas: Brasil Soluti Projetos e Consultoria LTDA, Imagem Sinalização Viária LTDA, KAWAU Comércio, Serviços e Construções LTDA, L. de Oliveira R. Gomes Neta Materiais de Construção, Moriá Comércio e Serviços LTDA, Noberto & Lopes Construção LTDA, Pagamentos não identificados, Pagamentos sem documentos, Rinara Ribeiro Reis, SJB Construtora, Comércio e Serviços LTDA, Créditos não classificados refere-se a saldos implantados da contabilidade do exercício de 2012, sendo que os valores das contra prestações dos serviços e dos fornecimentos dos materiais adquiridos estão sob investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia. E objeto de Tomada de Conta Especial através do Processo nº 02.41.00041/2015.

Valores a receber dos fornecedores que estão sob a investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia, realizado através da **Operação Luminus** ocorrida em agosto de 2012, devido a indícios de fraudes em licitações, não fornecimento dos materiais de iluminação e a não prestação dos serviços contratados, bem como outros delitos pertinentes à administração pública. Os valores estão registrados pelo valor originário. Fora aberto processo para regularização das devidas pendências.

Tais valores ficarão disponíveis em **NOTAS EXPLICATIVAS** até o termino do processo e as devidas providências LEGAIS.

1.2.1.03 – Repasse da PMPV

Iluminação Pública	0,00
Créditos não classificados	0,00
TOTAL:	0,00

Fora efetuada no exercício financeiro de 2019 a Baixa de valores do ATIVO REALIZAVEL LONGO PRAZO-ANC (ARLP) – Repasse da PMPV, por não atender o que preconiza a lei



6404/76 juntamente com o CPC 00 (R2) no que tange a definição de ATIVO. Fora aberto processo para regularização das devidas pendências.

Tais valores ficarão disponíveis em **NOTAS EXPLICATIVAS** até o termino do processo e as devidas providências LEGAIS.

Créditos não classificados refere-se a saldos implantados da contabilidade do exercício de 2012, sendo que os valores das contra prestações dos serviços e dos fornecimentos dos materiais adquiridos estão sob investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia.

1.2.2 – INVESTIMENTOS

1.2.2.01 – OUTROS INVESTIMENTOS

Ressalto que quanto ao saldo da conta Outros Investimentos no montante de R\$ 24,36 (vinte e quatro reais e trinta e seis centavos) fora baixado no exercício de 2019, o mesmo refere-se a Ações da Embraer junto ao Banco da Amazônia, visando maiores esclarecimentos, bem como o conhecimento da situação atual do fato dos valores junto à contabilidade, fora encaminhado o Ofício nº 085/GERFIN/EMDUR/2015, para o qual não obtivemos resposta até o presente momento, e por tal motivo, a baixa fora efetivada, pois tal valor não atende as bases de reconhecimento e mensuração descritas no CPC 00. Tais valores ficarão disponíveis em **NOTAS EXPLICATIVAS** até o termino do processo e as devidas providências LEGAIS.

1.2.3 – IMOBILIZADO

1.2.3.01 – BENS E DIREITOS DE USO – ADMINISTRATIVO

Móveis e Utensílios	391.013,14
Equipamentos para áudio, vídeo e fotografia	30.576,50
Veículos	403.766,96
Prédios	1.796.435,18
Terrenos	1.665.894,22
Equipamentos de processamento de dados	1.492.868,04
Veículos Automotores modelo motocicleta 0 KM	12.980,00



Material de Proteção e Segurança	3.895,00
Maquinas e Equipamentos	39.936,59
TOTAL:	5.837.365,63

O Saldo da conta imobilizado fora ajustado conforme levantamento da Comissão de Inventário e Almoxarifado e Inventário de Bens Móveis, Portaria nº 147/2020/GAB/EMDUR, datado de 19 de outubro de 2020, Processo nº 02.41.00149/2020.

O valor da rubrica prédios e terrenos fora contabilizado a valor justo, tendo em vista o laudo de avaliação realizado pelo perito avaliador Arquiteto Jose Ieno Silva dos Santos, portador do CREA 1035-D/RO, datado de 10 de julho de 2012, com base no processo SEMUR de nº 18.4542/2012.

1.2.3.02 – DEPRECIÇÃO ACUMULADA

Móveis e Utensílios	30.642,84
Equipamentos para áudio, vídeo e fotografia	23.164,84
Veículos	566.841,74
Prédios	610.787,92
Equipamentos de processamento de dados	411.030,17
Veículos Automotores modelo motocicleta 0 KM	12.980,00
Máquinas e Equipamentos	7.317,03
Material de Proteção e Segurança	704,33
TOTAL:	1.663.468,87

Esta Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR adota o método de depreciação linear trimestral, depreciação efetuada no exercício de 2020 atendendo determinação da Gerência Financeira e do controle interno.

1.2.3.03 – BENS DE USO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Máquinas e Equipamentos	3.123.422,59
Veículos	5.394.919,75



Móveis e Utensílios	242.635,10
Equipamentos de Comunicação	92.637,49
TOTAL:	8.853.614,93

Fora efetuada no exercício financeiro de 2020 a Baixa de R\$ 187.222,50 (cento e oitenta e sete mil e duzentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos) do caminhão OWK 4287 devido atentado ocorrido de incêndio no dia 11/10/2019 contra o patrimônio público de acordo com BO n° 184438/2019. Processo 02.41.00163/2019.

1.2.3.04 – DEPRECIAÇÃO ACUMULADA

Máquinas e Equipamentos	552.106,55
Veículos	2.443.635,11
Móveis e utensílios	39.672,60
Equipamentos de Comunicação	25.904,56
TOTAL:	3.061.318,82

Esta Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR adota o método de depreciação linear trimestral, depreciação efetuada no exercício de 2020 atendendo determinação da Gerência Financeira e do controle interno.

1.2.3.05 – BENS DE USO – FÁBRICA DE ARTEFATOS

Máquinas e Equipamentos	0,00
TOTAL:	0,00

Fora efetuada no exercício financeiro de 2020 a transferência dos valores da conta Máquinas e Equipamentos – Fábrica de Artefatos para conta Máquinas e Equipamentos – Bens de Iluminação Pública de R\$ 243.720,75 (duzentos e quarenta e três mil e setecentos e vinte reais e setenta e cinco centavos) conforme parecer do Controle Interno n°263/C.I./EMDUR/2020 do Processo 02.41.00088/2020 pag. 77 item V, devido o mesmo pertencer aos Bens de Iluminação Pública.



Esta Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR adota o método de depreciação linear trimestral, depreciação efetuada no exercício de 2020 atendendo determinação da Gerência Financeira e do controle interno.

1. PASSIVO

2.1 CIRCULANTE

2.1.1 FORNECEDORES NACIONAIS

2.1.1.01 Fornecedores Gerais

Os saldos das contas Fornecedores Gerais foram devidamente conciliados, conforme demonstrado no Balanço Patrimonial.

Fora efetuada no exercício financeiro de 2019 a Baixa de valores do PASSIVO CIRCULANTE – Fornecedores Gerais, em atendimento ao apontamento do Controle Interno no Relatório de Auditoria da Prestação de Contas do Exercício de 2018. Fora aberto processo para regularização das devidas pendências.

Tais valores ficarão disponíveis em **NOTAS EXPLICATIVAS** até o término do processo e as devidas providências LEGAIS.

Os fornecedores abaixo refere-se a saldos remanescentes do exercício de 2012 estando estes sob investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia, realizado através da **Operação Luminus** ocorrida em agosto de 2012, devido a indícios de fraudes em licitações, não fornecimento dos materiais de iluminação e a não prestação dos serviços contratados, bem como outros delitos pertinentes à administração pública. Por tanto, ainda não baixados por motivos acima expostos e informa-se também que os valores estão registrados pelo valor originário.

A conta restos a pagar processados no valor de R\$ 138.897,46 (cento e trinta e oito mil e oitocentos e noventa e sete reais e quarenta e seis centavos) e restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 2.070.789,26 (dois milhões, setenta mil e setecentos e oitenta e nove reais e vinte e seis centavos) são nomenclaturas da contabilidade pública, não cabendo aqui na conta de fornecedores, esses valores foram implantados na



contabilidade comercial em 2012, os mesmos foram baixados, devido nomenclatura incorreta e por não possuir qualquer identificação. Informamos que um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade. De acordo com a informação acima citada, a conta de restos a pagar processados e restos a pagar não processados a liquidar não se encaixa no conteúdo, portanto, os valores foram baixados, mas permanecerão em notas explicativas.

A. da Silva Menezes – ME	0,00
Alfa Casa Comércio de Materiais de Construção S/A	0,00
Eloi Tecnologia LTDA	0,00
Ergon Comércio Varejista e Assistência LTDA	0,00
Estrumetal Estruturas e Coberturas Metálicas LTDA	0,00
FBX Serviços de Segurança LTDA	0,00
Freitas & CIA LTDA	0,00
Helenmaq Comércio e Serviços LTDA – EPP	0,00
Jota de Lima Gonçalves - ME	0,00
Linhares Construções LTDA – EPP	0,00
Maria Eliza Garcia de Freitas de Almeida Produções	0,00
MMC Comércio e Serviços LTDA	0,00
PM Comércio e Serviços LTDA – ME	0,00
Proteção Máxima Vigilância e Segurança LTDA	0,00
Roberto José da Silva – ME	0,00
Restos a Pagar – Processados	0,00
Restos a Pagar – Não processados a Liquidar	0,00
TOTAL:	0,00

Neste grupo, as contas permaneceram com valores implantados de exercícios anteriores.

Auto Posto Amazonas	0,00
Einstein Instituição de Ensino Ltda – EPP	0,00
JD Comercio e Importação Ltda	0,00



SESI – Serviço Social da Indústria	0,00
EPIS Industria e Comercio Eirelli –ME	0,00
Flac Clinicas odontológicas Ltda	0,00
Venezia Comercio de Caminhões LTDA	0,00
TOTAL:	0,00

Informamos que um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade. De acordo com a informação acima citada, a conta de Fornecedores Gerais não se encaixa no conteúdo, portanto, os valores foram baixados, mas permanecerão em **NOTAS EXPLICATIVAS**.

2.1.3 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

2.1.3.04 – Encargos Sociais a Pagar

INSS a Recolher	0,00
Outras Entidades	0,00
IRRF a Recolher	0,00
IPAM	0,00
Pensão Alimentícia	0,00
Contribuição Sindical – Empregados	0,00
TOTAL:	0,00

Fora efetuada no exercício financeiro de 2019 a Baixa de valores do PASSIVO CIRCULANTE – Obrigações Trabalhistas – Encargos Sociais a pagar, em atendimento ao apontamento do Controle Interno no Relatório de Auditoria da Prestação de Contas do Exercício de 2018. Fora aberto processo para regularização das devidas pendências.

Os saldos das contas de Encargos Sociais a pagar são compostos por saldo de exercícios anteriores, a conta INSS a Recolher com saldo de R\$ 1.558,50 (um mil quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos), a conta Outras Entidades com saldo de R\$



2.922,12 (dois mil novecentos e vinte e dois reais e doze centavos), a conta IRRF a Recolher com saldo de R\$ 32.208,07 (trinta e dois mil duzentos e oito reais e sete centavos), a conta IPAM com saldo de R\$ 55.305,56 (cinquenta e cinco mil trezentos e cinco reais e cinquenta e seis centavos), a conta Pensão Alimentícia com saldo de 378,54 (trezentos e setenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), a conta Contribuição Sindical – Empregados com saldo de R\$ 8.926,44 (oito mil novecentos e vinte e seis reais e quarenta e quatro centavos).

Informamos que será verificado junto com o setor responsável e apurado os valores a serem repassados as instituições credoras e aos beneficiários correspondentes e conciliados as contas em exercício seguinte.

A conta INSS a Recolher refere-se à falta de recolhimento do INSS parte empregador referente a rescisões conforme o resumo da folha de pagamento do mês de outubro de 2015.

A conta Outras Entidades refere-se à falta de recolhimento do INSS outras entidades sobre rescisão conforme o demonstrativo do resumo da folha de pagamento do mês de outubro de 2015.

A conta IRRF a Recolher o saldo corresponde a R\$ 841,86 (Oitocentos e quarenta e um reais e oitenta e seis centavos) refere-se a falta de recolhimento em rescisão da ex-funcionária Luana, R\$ 754,95 (setecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) e R\$ 35,94 (trinta e cinco e noventa e quatro centavos) refere-se a IRRF s/ 13° no mês de Agosto de 2015 – Larissa Assunção R\$ 3,43 (três reais e quarenta e três centavos) no mês de Agosto de 2015 – Diego P. Carvalho R\$ 31,14 (trinta e um reais e quatorze centavos) no mês de outubro de 2015 – Juliano Antes R\$ 16,40 (dezesesseis reais e quarenta centavos) no mês de Outubro de 2015. O restante refere-se a saldo de exercícios anteriores.

O valor da conta Pensão Alimentícia refere-se a valores efetuados a menor em exercícios anteriores. E o valor da conta IPAM, da Contribuição Sindical trata-se de saldo de exercícios anteriores.

Informamos que um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade. De acordo com a informação acima citada, a conta de



Provisão Trabalhistas não se encaixa no conteúdo, portanto, os valores foram baixados, mas permanecerão em **NOTAS EXPLICATIVAS**.

2.1.4 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

2.1.4.01 – Impostos e Contribuições Retidos a Recolher

ISSQN retido sobre prestação de serviços a recolher	0,00
PIS retido sobre prestação de serviços a recolher	0,00
COFINS retido sobre prestação de serviços a recolher	0,00
IRPJ retido sobre prestação de serviços a recolher	0,00
CSLL retido sobre prestação de serviços a recolher	0,00
TOTAL:	0,00

As contas de retenção PIS valor de R\$ 18,88 (dezoito reais e oitenta e oito centavos), COFINS valor de R\$ 87,09 (oitenta e sete reais e nove centavos), IRPJ valor de R\$ 305,95 (trezentos e cinco reais e noventa e cinco centavos) e CSLL valor de R\$ 29,03 (vinte e nove reais e três centavos) referem-se a saldo remanescente de exercícios anteriores. Informamos que um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade. De acordo com a informação acima citada, as contas de retenções não se encaixam no conteúdo, portanto, os valores foram baixados, mas permanecerão em **NOTAS EXPLICATIVAS**.

2.1.5 – CONTAS A PAGAR

2.1.5.02 – Outras Contas a Pagar

Desconto de Ordem Judicial	466,27
Caução a pagar	0,00
TOTAL:	466,27



O saldo da conta Documento Devolvido R\$ 239.069,50 (duzentos e trinta e nove mil e sessenta e nove reais e cinquenta centavos) refere-se a saldo implantado na contabilidade do exercício de 2012. Informamos que um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade. De acordo com a informação acima citada, a conta Documento Devolvido não se encaixa no conteúdo, portanto, o valor da mesma foi baixado, mas permanecerá em **NOTAS EXPLICATIVAS**.

O saldo da conta Desconto de Ordem Judicial refere-se a desconto em folha de pagamento da funcionária Nazima Fernandes, o mesmo será repassado no exercício seguinte para uma conta de Ordem Judicial.

2.1.6 – PROVISÕES

2.1.6.01 – Provisões Trabalhistas

Verbas Rescisórias a Pagar	0,00
TOTAL:	0,00

Fora efetuada no exercício financeiro de 2019 a Baixa de valores do PASSIVO CIRCULANTE – Obrigações Trabalhistas – Provisões Trabalhistas, em atendimento ao apontamento do Controle Interno no Relatório de Auditoria da Prestação de Contas do Exercício de 2018. Fora aberto processo para regularização das devidas pendências.

Na rubrica verbas rescisórias a pagar refere-se à provisão de pagamento do ex-empregado Magno Cesar no valor de R\$ 1.066,42 (um mil e sessenta e seis reais e quarenta e dois centavos) no qual o mesmo recusou-se a receber as verbas rescisórias e ajuizou ação trabalhista. Informamos que um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade. De acordo com a informação acima citada, a conta de Provisão Trabalhistas não se encaixa no conteúdo, portanto, os valores foram baixados, mas permanecerão em **NOTAS EXPLICATIVAS**.



2.1.7 – PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

2.1.7.01 – Parcelamentos de Tributos

O grupo de Parcelamentos de Tributos no Curto Prazo fora implantado no exercício de 2013, conforme os parcelamentos pactuados pela EMDUR. As transferências do Exigível à Longo Prazo foram efetuadas quando dos pagamentos no Curto Prazo conforme determina a legislação, utilizando saldos de contas *sintéticas* com saldos implantados do exercício de 2012.

Os saldos provisionados no Curto Prazo ficaram assim demonstrados:

Parcelamento de Contribuições – INSS	0,00
Parcelamento de FGTS	64.339,00
Parcelamento Previdenciário – 114/2017	42.000,00
Parcelamento PGE/RO – Proc. 132/2018	816.000,00
Parcelamento Ministério da Fazenda – 081/2017	90.000,00
TOTAL:	1.012.339,00

A conta *Parcelamento de Contribuições – INSS* no valor de R\$ 22.195,46 (vinte e dois mil cento e noventa e cinco reais e quarenta e seis centavos) refere-se ao Parcelamento de Demais Débitos junto a Receita Federal do Brasil no ano de 2017 pelo sistema PERT processo 02.41.00128/2017, o valor total da dívida é de R\$ 421.737,07 (quatrocentos e vinte e um mil setecentos e trinta e sete reais e sete centavos) parcelado em 120 parcelas. O valor da conta fora transferido para a conta INSS do Exigível a Longo Prazo devido o processo estar suspenso, e em tramitação judicial.

A conta *Dívida Ativa – Multa CLT – Código de Recolhimento 3623* no valor de R\$ 6.335,75 (seis mil trezentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos) refere-se a saldo implantado no exercício de 2012. Portanto, informamos que um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade. De acordo com a informação acima citada, a conta *Dívida Ativa – Multa CLT – Código de Recolhimento*



36 não se encaixa no conteúdo, portanto, o valor da mesma foi baixado, mas permanecerá em **NOTAS EXPLICATIVAS**.

A conta *RFB Demais débitos-Parcelamento 1285-11.941/09* no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) refere-se a saldo implantado no exercício de 2012. Portanto, informamos que um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade. De acordo com a informação acima citada, a conta *RFB Demais débitos-Parcelamento 1285-11.941/09* não se encaixa no conteúdo, portanto, o valor da mesma foi baixado, mas permanecerá em **NOTAS EXPLICATIVAS**.

A conta *PGFN Demais débitos - Parcelamento 1204 - 11.941/09* no valor de R\$ 19.042,83 (dezenove mil e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos) refere-se a saldo implantado no exercício de 2012. Portanto, informamos que um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade. De acordo com a informação acima citada, a conta *PGFN Demais débitos - Parcelamento 1204 - 11.941/09* não se encaixa no conteúdo, portanto, o valor da mesma foi baixado, mas permanecerá em **NOTAS EXPLICATIVAS**.

As contas *Parcelamento de FGTS, Parcelamento Previdenciário - 114/2017, Parcelamento PGE/RO - Proc. 132/2018 e Parcelamento Ministério da Fazenda - 081/2017* estão com saldo referente a transferências de valores do longo prazo para a curto prazo para pagamento no respectivo exercício seguinte.

2.2 - NÃO CIRCULANTE

2.2.1 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

2.2.1.01 - Parcelamentos de Tributos

O grupo de Parcelamentos de Tributos no Longo Prazo fora contabilizado com saldo implantado no exercício de 2012.

Para fins de transferências para o Passivo Circulante foi utilizado como fontes:



- a) Transferências para o PC na conta Parcelamento de INSS da conta de Provisão para Contingências, com zeramento no exercício;
- b) Transferência para o PC na conta Parcelamento de INSS da conta de Débito Parcelado – Contribuições;
- c) Transferência para o PC na conta Parcelamento de FGTS para a conta de Parcelamento de FGTS;
- d) Transferência para o PC na conta Parcelamento de: Dívida Ativa – Multa CLT, Parcelamento RFB código 1285 e 1204 da conta de Débitos Parcelados – Demais Entidades.

Foi utilizado como critério de provisão de parcelamentos o uso das provisões efetuadas em exercícios anteriores, sem ajustes, e com utilização até o zeramento da conta no Exigível à Longo Prazo ou o término do parcelamento por quitação.

Fora contabilizado a consolidação de débitos provisionados conforme Processos n.º 02.41.00141/2017 refere-se ao Parcelamento referente à Dívida Ativa - IRPJ fonte junto a PGFN realizado através do parcelamento convencional no ano de 2017, o valor total da dívida consolidada é de R\$ 16.430,04 (dezesesseis mil quatrocentos e trinta reais e quatro centavos) parcelado em 13 parcelas com início em outubro de 2017 e encerrado em outubro de 2018. O processo 02.41.00128/2017 refere-se ao Parcelamento de Demais Débitos junto a Receita Federal do Brasil no ano de 2017 pelo sistema PERT, o valor total da dívida consolidado é de R\$ 421.737,07 (quatrocentos e vinte e um mil setecentos e trinta e sete reais e sete centavos) parcelado em 120 parcelas com início de pagamento em agosto de 2017. O processo 02.41.00114/2017 refere-se ao Parcelamento junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no ano de 2017 pelo sistema PERT, o valor total da dívida consolidado é de R\$ 617.313,31 (seiscentos e dezessete mil trezentos e treze reais e trinta e um centavos) parcelado em 150 parcelas com início de pagamento em agosto de 2017. O restante do valor que não foi consolidado foi lançado em ajustes de exercícios anteriores conforme instrução do Setor de contabilidade da PMPV.

Os valores de saldos no Exigível a Longo Prazo ficaram assim demonstrados:

Débitos Parcelados – INSS	371.773,16
---------------------------	------------



Débitos Parcelados – FGTS	0,00
Débitos Parcelados – Demais Entidades	325.988,21
Débitos Parcelados – PGE/RO	1.063.961,57
Parcelamento Ministério da Fazenda – 081/2017	232.614,03
TOTAL:	1.994.336,97

Na conta INSS está consolidada o parcelamento do processo 02.41.00128/2017 Parcelamento de Demais Débitos junto a Receita Federal do Brasil. Na conta FGTS está consolidada o parcelamento do processo 02.41.00069/2011 referente a débitos de FGTS, fora transferido todo o saldo restante para conta de parcelamento a curto prazo. Na conta Demais Entidades está consolidada o parcelamento do processo 02.41.00114/2017 refere-se ao Parcelamento junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Na conta PGE/RO está consolidada o parcelamento referente a reconhecimento de dívida de Convênio não realizado pela EMDUR Sedes/RO nº 415/PGE/2011 - CDAs. nº 20170200019634 - refere-se a condenação pelo TCE-RO, em ressarcimento ao erário. O devedor dá-se por citado no processo nº 7032860-16.2018.8.22.0001 o valor foi dividido em 60 (sessenta) parcelas de R\$ 48.956,16 número do Processo 02.41.00132/2018. Na conta Ministério da Fazenda – 081/2017 está consolidada o parcelamento do processo 02.41.00081/2017 refere-se a auto de Infração da Receita Federal do Brasil devido ao não recolhimento de GILRAT.

2.3 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2.3.1 – CAPITAL

2.3.1.01 – Capital Social

O Capital Social vêm de saldo implantado da contabilidade de 2012, não havendo alteração no exercício de 2020, ficando demonstrado:

Capital Social Subscrito	8.080.894,02
TOTAL:	8.080.894,02



2.3.3.01 – AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

O saldo apresentado na conta foi decorrente de lançamentos efetuados a débito e crédito como ajustes de falta de provisões e de baixas de bens do ativo imobilizado baseado em levantamento físico.

Ajustes de avaliação patrimonial	2.678.796,00
TOTAL:	2.678.796,00

2.3.1.06 – Prejuízos Acumulados

A conta de Prejuízos acumulados demonstra um déficit das atividades operacionais desenvolvidas pela empresa no montante de R\$ 5.938.534,70 (cinco milhões novecentos e trinta e oito mil quinhentos e trinta e quatro reais e setenta centavos).

Prejuízos Acumulados	5.938.534,70
TOTAL:	5.938.534,70

2.3.1.07 – Ajustes

Ajustes de Exercício Anteriores	9.891.532,74
TOTAL:	9.891.532,74

De acordo com a Lei da S/A (Lei 6.404/1976), o lucro líquido do exercício não deve estar influenciado por efeitos que pertençam a exercícios anteriores, ou seja, deverão transitar pelo balanço de resultados somente os valores que competem ao respectivo período. Como ajustes de exercícios serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

A conta de Ajustes de Exercícios Anteriores são valores de despesas não provisionadas em época própria e a baixa da conta Depósitos Judiciais, as mesmas continuarão em notas explicativas.



3. – ANÁLISE DOS DADOS DO BALANÇO

Ao se proceder a análise dos dados relativos ao Balanço Patrimonial da EMDUR relativo ao exercício de 2020, conforme posições das contas no início e final do exercício observou-se o seguinte:

3.1. A situação financeira evidencia a seguinte posição nos dois últimos exercícios:

		Índice de Liquidez Corrente	
Exercício de 2019	AC	20.127.314,43	= 26,85
	PC	749.693,26	
Exercício de 2020	AC	14.120.266,93	= 13,94
	PC	1.012.805,27	

No exercício de 2019, a EMDUR contabilizou uma dívida em seu Passivo Circulante no montante de R\$ 749.693,26 (setecentos e quarenta e nove mil seiscentos e noventa e três reais e vinte e seis centavos), enquanto as informações do seus direitos contabilizados no Ativo Circulante eram da ordem de R\$ 20.127.314,43 (vinte milhões cento e vinte e sete mil trezentos e quatorze reais e quarenta e três centavos). Demonstrando que, para cada 1 (um) real de dívida, esta EMDUR dispõe de R\$ 26,85 (vinte e seis reais e oitenta e cinco centavos), ou seja, uma situação financeira favorável para cobertura total dos fornecedores e demais compromissos a curto prazo adquiridos no referido ano.

No exercício de 2020, a EMDUR contabilizou uma dívida de R\$ 1.012.805,27 (um milhão doze mil oitocentos e cinco reais e vinte e sete centavos), enquanto as informações dos seus direitos contabilizados no Ativo Circulante eram da ordem de R\$ 14.120.266,93 (quatorze milhões cento e vinte mil duzentos e sessenta e seis reais e noventa e três



centavos). Demonstrando que, para cada 1(um) real de dívida a EMDUR dispõe de R\$ 13,94 (treze reais e noventa e quatro centavos), ou seja, uma situação financeira favorável para cobertura dos fornecedores e demais compromissos a curto prazo adquiridos no referido ano.

Índice de Liquidez Geral

	*AC + ARLP	14.120.266,93	
Exercício de 2020	-----	=	----- = 4,69
	*PC + PNC	3.007.142,24	

*Liquidez Geral = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

Demonstra-se que, para cada 1(um) real de dívida esta EMDUR dispõe de R\$ 4,69 (quatro reais e sessenta e nove centavos), ou seja, uma situação financeira favorável para cobertura dos fornecedores e demais compromissos a longo prazo adquiridos no referido ano.

Índice de Liquidez seca

	*AC - EST.	4.824.999,07	
Exercício de 2020	-----	=	----- = 4,76
	*PC	1.012.805,27	

*Liquidez Seca = (Ativo Circulante - Estoques) / Passivo Circulante

Demonstra-se que, para cada 1(um) real de dívida esta EMDUR mesmo sem nenhum material em estoque a mesma dispõe de R\$ 4,76 (quatro reais e setenta e seis centavos), ou seja, uma situação financeira favorável para cobertura dos fornecedores e demais compromissos a de curto adquiridos no referido ano.

Índice de Liquidez imediata

	*Disponível.	4.605.759,40	
Exercício de 2020	-----	=	----- = 4,55
	*PC	1.012.805,27	



PREFEITURA DE PORTO VELHO
EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR



*Liquidez Imediata = Disponível / Passivo Circulante

Demonstra-se que, para cada 1(um) real de dívida se esta EMDUR utilizando apenas os valores em contas de aplicação financeira a mesma dispõe de R\$ 4,55 (quatro reais e cinquenta e cinco centavos), ou seja, uma situação financeira favorável para cobertura dos fornecedores e demais compromissos a de curto adquiridos no referido ano.

Desta forma, além de refletir os principais resultados econômicos e financeiros obtidos pela EMDUR no exercício em questão, buscou-se direcionar os trabalhos de modo a fornecer um instrumento capaz de contribuir para o efetivo acompanhamento e controle social dos atos de gestão pública desta entidade.

Porto Velho – RO, 11 de Março de 2021.

Claudiane G. N. Queiroz
Contadora – EMDUR
CRC – 009157/O-3
Mat. 211-9

GUSTAVO BELTRAME
Diretor Presidente EMDUR



Demonstração Fluxo de Caixa Método Direto
EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR

CNPJ 04.763.223/0001-61

	2019	2020
1 - Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
(+) Transferências Recebidas	21.802.018,69	23.715.925,33
(-) Pagamento de Fornecedores	(9.470.568,64)	(10.479.791,06)
(-) Pagamento de Empregados	(9.805.511,70)	(12.518.541,86)
(-) Transferências para PMPV		
(+) outros Recebimentos	890.849,80	176.068,29
(-) Custos para Execução de Serviços		
(-) Outros Fornecedores - FUPEN	(257.188,45)	(316.427,98)
(-) Pagamento de Impostos	(177.555,19)	(223.013,62)
(-) Pagamento de Juros	(231.822,92)	(299.177,90)
(-) Pagamento de Contingências	(205.615,92)	(4.748.042,42)
Caixa Líquido Resultante das Atividades Operacionais	2.544.605,67	(4.693.001,22)
2 - Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
(-) Aquisição de Imobilizado	(4.420.375,55)	(3.159.873,51)
Caixa Líquido Resultante das Atividades de Investimento	(4.420.375,55)	(3.159.873,51)
3 - Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
(-) Pagamento de empréstimos	0,00	0,00
Caixa Líquido Resultante das Atividades de Financiamento	0,00	0,00
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa (1+2+3)	(1.875.769,88)	(7.852.874,73)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	14.334.404,01	12.458.634,13
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	12.458.634,13	4.605.759,40

Porto Velho, 11 de março de 2021.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE DE ACORDO COM A LEI 6.404/76.

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Destarte insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

2. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é um relatório contábil importante para a gestão financeira de uma empresa e faz parte do conjunto de relatórios exigido após a publicação das Leis nº 11.638/2007.

O relatório exhibe as contas ou conjuntos de contas, que contribuíram para aumentar ou diminuir os recursos de caixa de uma empresa, de um dado período para outro. É composto por três seções chamadas de atividades, onde se agrupam as contas, de acordo com suas origens, sendo:

- i) Atividades operacionais;
- ii) atividades de investimento;
- iii) atividades de financiamento.

Para demonstrar o fluxo de caixa do exercício findo optamos pelo método direto.



PREFEITURA DE PORTO VELHO
EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR



O método direto agrega as contas do Resultado que efetivamente representam entradas ou saídas de recursos de caixa.

As receitas e as despesas, de um modo geral representam, respectivamente, aumentos e reduções dos recursos de caixa. Determinadas despesas, como a depreciação, não afetam o caixa. Os aumentos ou diminuições de investimentos, pelo método da equivalência patrimonial também não afetam o caixa.

Antes de entrar com os dados, é interessante preparar uma planilha com os ajustes necessários das contas dos balanços, de modo a torná-los comparáveis.

CLAUDIANE GUERSON NASCIMENTO QUEIROZ

CRC: 009157/O-3 - RO
Contadora - EMDUR

GUSTAVO BELTRAME
Diretor Presidente - EMDUR

**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

**EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA MÉTODO DIRETO**

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – EMDUR

Demonstração Fluxo de Caixa Método Direto

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
CNPJ 04.763.223/0001-61

	2019	2020
1 - Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
(+) Transferências Recebidas	21.802.018,69	23.715.925,33
(-) Pagamento de Fornecedores	(9.470.568,64)	(10.479.791,06)
(-) Pagamento de Empregados	(9.805.511,70)	(12.518.541,86)
(-) Transferências para PMPV		
(+) outros Recebimentos	890.849,80	176.068,29
(+) Custos para Execução de Serviços		
(-) Outros Fornecedores - FUPEN	(257.188,45)	(316.427,98)
(-) Pagamento de Impostos	(177.555,19)	(223.013,62)
(-) Pagamento de Juros	(231.822,92)	(299.177,90)
(-) Pagamento de Contingências	(205.615,92)	(4.748.042,42)
Caixa Líquido Resultante das Atividades Operacionais	2.544.605,67	(4.693.001,22)
2 - Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
(-) Aquisição de Imobilizado	(4.420.375,55)	(3.159.873,51)
Caixa Líquido Resultante das Atividades de Investimento	(4.420.375,55)	(3.159.873,51)
3 - Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
(-) Pagamento de empréstimos	0,00	0,00
Caixa Líquido Resultante das Atividades de Financiamento	0,00	0,00
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa (1+2+3)	(1.875.769,88)	(7.852.874,73)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	14.334.404,01	12.458.634,13
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	12.458.634,13	4.605.759,40

Porto Velho, 11 de março de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE DE ACORDO COM A LEI 6.404/76.

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**Declaração de conformidade**

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade –CFC.

Destarte insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

2. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é um relatório contábil importante para a gestão financeira de uma empresa e faz parte do conjunto de relatórios exigido após a publicação das Leis nº 11.638/2007.

O relatório exhibe as contas ou conjuntos de contas, que contribuíram para aumentar ou diminuir os recursos de caixa de uma empresa, de um dado período para outro. É composto por três seções chamadas de atividades, onde se agrupam as contas, de acordo com suas origens, sendo:

- i) Atividades operacionais;
- ii) atividades de investimento;
- iii) atividades de financiamento.

Para demonstrar o fluxo de caixa do exercício findo optamos pelo método direto.

O método direto agrega as contas do Resultado que efetivamente representam entradas ou saídas de recursos de caixa.

As receitas e as despesas, de um modo geral representam, respectivamente, aumentos e reduções dos recursos de caixa. Determinadas despesas, como a depreciação, não afetam o caixa. Os aumentos ou diminuições de investimentos, pelo método da equivalência patrimonial também não afetam o caixa.

Antes de entrar com os dados, é interessante preparar uma planilha com os ajustes necessários das contas dos balanços, de modo a torná-los comparáveis.

CLAUDIANE GUÉRSON NASCIMENTO QUEIROZ

CRC: 009157/O-3 - RO

Contadora - EMDUR



PREFEITURA DE PORTO VELHO
EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR



EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CNPJ Nº 04.763.223/0001-61
DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS
EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Tabela 54 – Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados - DLPA

	2019	2020
SALDO NO INICIO DO PERIODO	16.985.361,93	15.502.995,15
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	(581.918,80)
LUCROS INCORPORADO AO CAPITAL	-	-
REVERSÃO DE RESERVAS	-	-
LUCRO DO EXERCÍCIO	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.482.366,78)	(3.524.001,67)
PROPOSTA DA DESTINAÇÃO DOS LUCROS	-	-
SALDO FINAL DO PERIODO	15.502.995,15	11.397.074,68

Porto Velho, 11 de março de 2021.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE DE ACORDO COM A LEI 6404/76.

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

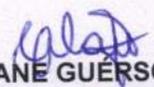
Destarte insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

2. DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS

A DLPA é obrigatória para as sociedades limitadas, Empresas Públicas e outros tipos de empresas, conforme a legislação do Imposto de Renda (art. 274 do RIR/99), bem como o artigo 186, § 2º da Lei nº 6.404/76. É o resultado líquido apurado na Demonstração do Resultado do Exercício, cujo valor deve ser transferido para a conta de lucros Acumulados.

A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá discriminar:

1. o saldo do início do período e os ajustes de exercícios anteriores;
2. as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício; e
3. as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.


CLAUDIANE GUERSON NASCIMENTO QUEIROZ

CRC: 009157/O-3 - RO
Contadora - EMDUR


GUSTAVO BELTRAME

Diretor Presidente - EMDUR

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO CNPJ Nº 04.763.223/0001-61 DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS EXERCÍCIO
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – EMDUR

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CNPJ Nº 04.763.223/0001-61
DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS
EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Tabela 54 – Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados - DLPA

	2019	2020
SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO	16.985.361,93	15.502.995,15
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	(581.918,80)
LUCROS INCORPORADO AO CAPITAL	-	-
REVERSÃO DE RESERVAS	-	-
LUCRO DO EXERCÍCIO	(1.482.366,78)	(3.524.001,67)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-
PROPOSTA DA DESTINAÇÃO DOS LUCROS	-	-
SALDO FINAL DO PERÍODO	15.502.995,15	11.397.074,68

Porto Velho, 11 de março de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE DE ACORDO COM A LEI 6404/76.

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade –CFC.

Destarte insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

2. DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS

A DLPA é obrigatória para as sociedades limitadas, Empresas Públicas e outros tipos de empresas, conforme a legislação do Imposto de Renda (art. 274 do RIR/99), bem como o artigo 186, § 2º da Lei nº 6.404/76. É o resultado líquido apurado na Demonstração do Resultado do Exercício, cujo valor deve ser transferido para a conta de lucros Acumulados.

A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá discriminar:

1. o saldo do início do período e os ajustes de exercícios anteriores;
2. as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício; e
3. as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

CLAUDIANE GUÉRSON NASCIMENTO QUEIROZ

CRC: 009157/O-3 - RO

Contadora - EMDUR

GUSTAVO BELTRAME

Diretor Presidente - EMDUR

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:60EE975E

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 12/03/2021. Edição 2922
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020

	2019	2020
RECURSO DA PMPV		
+ TRANSFERENCIA RECEBIDA DA PMPV	21.802.018,69	23.715.925,33
RECUPERAÇÃO DIVERSAS		
+ REEMBOLSO DIVERSOS	24.808,22	6.479,12
OUTRAS RECEITAS		
+ OUTRAS RECEITAS	1.613.232,81	53.439,35
= RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	23.440.059,72	23.775.843,80
CUSTOS DIRETOS DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
- MATERIAIS DIRETOS	(6.307.771,02)	(3.185.723,64)
- FOLHA DE PAGAMENTO	(6.189.243,79)	(8.197.444,49)
- ENCARGOS SOCIAIS	(1.972.861,80)	(2.691.169,11)
CUSTOS INDIRETOS DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
- FOLHA DE PAGAMENTO	(605.272,64)	(1.161.212,97)
- ENCARGOS SOCIAIS		
- ADMINISTRATIVOS	(3.170,89)	(4.654,68)
OUTROS CUSTOS		
- PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	(3.904.968,61)	(3.706.224,97)
= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	4.456.770,97	4.829.413,94
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
- FOLHA DE PAGAMENTO	(24.007,64)	
- ENCARGOS SOCIAIS	(0,00)	
- OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(6.395.185,12)	(8.136.560,79)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS		
- IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS		
- DESPESAS FINANCEIRAS	(141.883,66)	(333.004,64)
= LUCRO OU PREJUÍZO OPERACIONAL	(2.104.305,45)	(3.640.151,49)
RECEITAS FINANCEIRAS		
+ RECEITAS FINANCEIRA	621.938,67	116.149,82
= RESULTADO DO EXERCÍCIO	(1.482.366,78)	(3.524.001,67)

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.

Porto Velho, 11 de Março de 2021



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE DE ACORDO COM A LEI 6.404/76.

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Destarte insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O artigo 187 da Lei 6.404/1976 instituiu a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE. A DRE tem como objetivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período (doze meses), através do confronto das receitas, custos e resultados, apuradas segundo o princípio contábil do regime de competência, e considera-se um dos principais indicadores de desempenho da empresa.

Para se ter uma visão global do seu comportamento, são apresentados, sinteticamente, os fatores que deram causa ao Lucro ou Prejuízo, que no ano apresentado fora demonstrado um Prejuízo no montante de R\$ - 3.524.001,67 (três milhões quinhentos e vinte e quatro mil e um real e sessenta e sete centavos).


CLAUDIANE GUERSON NASCIMENTO QUEIROZ

CRC: 009157/O-3 - RO
Contadora - EMDUR


GUSTAVO BELTRAME

Diretor Presidente - EMDUR

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020

RECURSO DA PMPV	2019	2020
+ TRANSFERENCIA RECEBIDA DA PMPV		
RECUPERAÇÃO DIVERSAS	21.802.018,69	23.715.925,33
+ REEMBOLSO DIVERSOS		
OUTRAS RECEITAS	24.808,22	6.479,12
+ OUTRAS RECEITAS		
= RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	1.613.232,81	53.439,35
CUSTOS DIRETOS DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	23.440.059,72	23.775.843,80
- MATERIAIS DIRETOS		
- FOLHA DE PAGAMENTO	(6.307.771,02)	(3.185.723,64)
- ENCARGOS SOCIAIS	(6.189.243,79)	(8.197.444,49)
CUSTOS INDIRETOS DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	(1.972.861,80)	(2.691.169,11)
- FOLHA DE PAGAMENTO		
- ENCARGOS SOCIAIS	(605.272,64)	(1.161.212,97)
- ADMINISTRATIVOS		
OUTROS CUSTOS	(3.170,89)	(4.654,68)
- PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS		
= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(3.904.968,61)	(3.706.224,97)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4.456.770,97	4.829.413,94
- FOLHA DE PAGAMENTO		
- ENCARGOS SOCIAIS	(24.007,64)	
- OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(0,00)	
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(6.395.185,12)	(8.136.560,79)
- IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		
DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
- DESPESAS FINANCEIRAS		
= LUCRO OU PREJUÍZO OPERACIONAL	(141.883,66)	(333.004,64)
RECEITAS FINANCEIRAS	(2.104.305,45)	(3.640.151,49)
+ RECEITAS FINANCEIRA		
RESULTADO DO EXERCÍCIO	621.938,67	116.149,82
	(1.482.366,78)	(3.524.001,67)

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.

Porto Velho, 11 de Março de 2021

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE DE ACORDO COM A LEI 6.404/76.

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Destarte insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O artigo 187 da Lei 6.404/1976 instituiu a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE. A DRE tem como objetivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período (doze meses), através do confronto das receitas, custos e resultados, apuradas segundo o princípio contábil do regime de competência, e considera-se um dos principais indicadores de desempenho da empresa.

Para se ter uma visão global do seu comportamento, são apresentados, sinteticamente, os fatores que deram causa ao Lucro ou Prejuízo, que no ano apresentado fora demonstrado um Prejuízo no montante de R\$ - 3.524.001,67 (três milhões quinhentos e vinte e quatro mil e um real e sessenta e sete centavos).

1 - Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal - TCERO.

2 - Segundo a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispendios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispendios.

3 - O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os Extraorçamentários e dos dispendios orçamentários e Extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispendios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO DE ACORDO COM A LEI 4320/64.

1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei 4.320/67 que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário.

Destarte, insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

2 – BALANÇO FINANCEIRO - BF

Apresenta os ingressos e dispendios orçamentários, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Apresenta-se a seguir, o Balanço Financeiro, segregando os valores desta administração somado aos rendimentos de aplicações financeiras registrados na contabilidade como receita, nas contas contábeis 2693 – Nível: 4.5.1.1.2.02.00.00.00.00.

O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Em geral, um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio financeiro. No entanto, uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, pois pode decorrer, por exemplo, da elevação do endividamento público. Da mesma forma, a variação negativa não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode decorrer de uma redução no endividamento.

Portanto, a análise deve ser feita conjuntamente com o Balanço Patrimonial, considerando os fatores mencionados e as demais variáveis orçamentárias e extraorçamentária.

A movimentação dos Restos a Pagar está devidamente demonstrada no Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante, bem como com o Anexo ao Balanço Orçamentário – Quadro Demonstrativos dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, e o Balanço Patrimonial – Anexo 14.

GILSON CLEITON DA COSTA NOGUEIRA

CRC - 008563/O-8

Contador – EMDUR

THIAGO DOS SANTOS TEZZARI

Diretor Presidente - EMDUR

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:BD440E9D

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 05/03/2020. Edição 2664

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - EXERCÍCIO 2019

AV .BRASÍLIA, 1576
TEL (69)32246380
EMDURPORTOVELHO.COM.BR

	UF: ESTADO DE RONDONIA			
Período: Exercício de 2019	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			
Unidade Gestora: 0007 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO-EMDUR	ORÇAMENTOS FISCAL E DA			
	SEGURIDADE SOCIAL			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I) = 0	-	-	-	-
Operações de Crédito /				
Refinanciamento (II)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO				
(III) = (I + II)	-	-	-	-
Déficit (IV)	-	-	24.503.819,28	-
TOTAL (V) = (III + IV)	-	-	24.503.819,28	-
Saldos de Exercícios Anteriores	-	770.555.624,70	6.585.759,62	-
Recursos Arrecadados em Exercícios				
Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	770.555.624,70	6.585.759,62	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VI)	9.189.025,00	22.069.494,40	20.484.201,05	15.134.501,04	15.134.501,04	1.585.293,35
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.154.755,00	8.210.481,10	7.855.673,12	7.855.673,12	7.855.673,12	354.807,98
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	50.000,00	50.000,00	28.886,04	28.886,04	28.886,04	21.113,96
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.984.270,00	13.809.013,30	12.599.641,89	7.249.941,88	7.249.941,88	1.209.371,41
DESPESAS DE CAPITAL (VII)	295.000,00	5.729.337,09	4.019.618,23	2.628.832,55	2.628.832,55	1.709.718,86
INVESTIMENTOS	50.000,00	4.958.137,09	3.311.489,09	1.920.703,41	1.920.703,41	1.646.648,00
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	245.000,00	771.200,00	708.129,14	708.129,14	708.129,14	63.070,86
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VIII) = (VI + VII)	9.484.025,00	27.798.831,49	24.503.819,28	17.763.333,59	17.763.333,59	3.295.012,21
Amortização da Dívida /						
Refinanciamento (IX)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (X) = (VIII + IX)	9.484.025,00	27.798.831,49	24.503.819,28	17.763.333,59	17.763.333,59	3.295.012,21
Superávit (XI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XII) = (X + XI)	9.484.025,00	27.798.831,49	24.503.819,28	17.763.333,59	17.763.333,59	3.295.012,21

QUADRO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		Liquidados(c)	Pagos(d)	Cancelados(e)	Saldo à Pagar(f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores(a)	Em 31 de Dezembro de 2018(b)				
Despesas Correntes (I)	-	4.370.601,46	4.036.212,08	4.036.212,08	334.389,38	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	515,02	-	-	515,02	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	4.370.086,44	4.036.212,08	4.036.212,08	333.874,36	-
Despesas de Capital (II)	-	2.662.024,79	2.662.024,78	2.662.024,78	0,01	-

Investimentos	-	2.662.024,79	2.662.024,78	2.662.024,78	0,01	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	-	7.032.626,25	6.698.236,86	6.698.236,86	334.389,39	-

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)			
Despesas Correntes (I)	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital (II)	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	-	-	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS					
1 – Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público -NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário.					
2 – Os créditos iniciais da despesa podem ser verificados na coluna Dotação Inicial na linha Despesas Orçamentárias, os créditos suplementares, especiais e extraordinários, podem ser verificados no Anexo TC 18 - Demonstrativo das Alterações Orçamentárias da IN 13/2004 do TCER que acompanha a Prestação de Contas.					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO DE ACORDO COM A LEI 4320/64.

1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei 4.320/67 ue Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário..

Destarte, insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

2 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Ressalto que esta EMDUR no exercício de 2012, elaborou suas demonstrações contábeis somente a luz dos preceitos da Lei Federal 6.404/76, não sendo possível, portanto, apurar os dados orçamentários.

Os Créditos adicionais abertos no exercício de 2019 totalizam no montante de R\$ 18.314.806,46 (dezoito milhões trezentos e quatorze mil oitocentos e seis reais e quarenta e seis centavos), sendo R\$ 6.585.759,62 (seis milhões quinhentos e oitenta e cinco mil setecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e dois centavos) utilizados por superávit financeiro do exercício de 2018 e R\$ 11.729.046,87 (onze milhões setecentos e vinte e nove mil quarenta e seis reais e oitenta e sete centavos), que resultaram na Despesa Atualizada de R\$ 27.798.831,49 (vinte e sete milhões setecentos e noventa e oito mil oitocentos e trinta e um reais e quarenta e nove centavos, conforme demonstrado no TC Anexo 18 e balancete da despesa. Adicionalmente ao Balanço Orçamentário segue o Quadro Demonstrativo dos Restos a Pagar Processados e Não Processados os quais demonstram o devido cancelamento dos Restos a Pagar de Exercícios anteriores na sua totalidade, em obediência aos art 36 e 37 da Lei Federal 4.320/64.

GILSON CLEITON DA COSTA NOGUEIRA

CRC - 008563/O-8

Contador – EMDUR

THIAGO DOS SANTOS TEZZARI

Diretor Presidente - EMDUR

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:53227705

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 05/03/2020. Edição 2664

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIO 2019

AV . BRASÍLIA, 1576
SANTA BÁRBARA
PORTO VELHO - RO
TEL (69) 32246380
EMDURPORTOVELHO.COM.BR

Balanco Patrimonial

Período: Exercício de 2019

Unidade Gestora: 0007 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO-EMDUR

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	19.918.916,59	22.909.618,42	PASSIVO CIRCULANTE	880.288,96	715.829,21
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.458.634,13	14.334.404,01	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PR	155.447,36	71.627,55
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	12.458.634,13	14.334.404,01	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	155.447,36	71.627,55
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	12.458.634,13	14.334.404,01	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-CONSOLIDAÇÃO	155.447,36	71.627,55
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	-	7.043.932,62	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	-	24.727,08
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	12.458.634,13	7.290.471,39	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - DÉBITOS PARCELADOS	155.447,36	46.900,47
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-	58.682,17	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	683.931,89	607.907,55
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-	2.203,76	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	683.931,89	607.907,55
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	-	2.203,76	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO - INTER OFSS - ESTADO	683.931,89	607.907,55
SUPRIMENTO DE FUNDOS	-	2.203,76	EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS	683.931,89	607.907,55
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	-	56.478,41	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	30.000,00	25.559,28
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-	56.478,41	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	30.000,00	25.559,28
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	-	56.478,41	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO - CONSOLIDAÇÃO	30.000,00	-
ESTOQUES	7.460.282,46	8.516.532,24	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS	30.000,00	-
ALMOXARIFADO	7.460.282,46	8.516.532,24	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO - INTRA OFSS	-	25.559,28
ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	7.460.282,46	8.516.532,24	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS	-	25.559,28
MATERIAL DE CONSUMO	7.372.885,11	8.464.564,06	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	10.909,71	10.734,83
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	1.572,43	420,13	VALORES RESTITUIVEIS	10.909,71	10.734,83
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	36.210,55	27.198,78	VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	10.909,71	10.734,83
MATERIAL DE EXPEDIENTE	14.415,50	-	DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	10.909,71	10.734,83
MATERIAIS A CLASSIFICAR	35.198,87	24.349,27	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	2.598.049,43	3.055.463,44
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.769.359,53	8.865.461,71	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PR	735.916,44	488.821,72
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	4.093.097,83	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	735.916,44	488.821,72
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	-	4.093.097,83	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR- CONSOLIDAÇÃO	735.916,44	488.821,72
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-	4.093.097,83	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO	348.799,57	348.799,57
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO PROVENIENTES DE CRÉDITOS ADMINISTRATIVOS	-	4.093.097,83	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - DÉBITOS PARCELADOS	312.269,72	-
IMOBILIZADO	8.769.359,53	4.772.363,88	FGTS - DÉBITO PARCELADO	74.847,15	140.022,15
BENS MOVEIS	8.339.799,49	3.936.871,30	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	1.483.393,96	2.181.174,96
BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	8.339.799,49	3.936.871,30	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	1.483.393,96	2.181.174,96
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	1.331.512,35	362.546,03	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO - INTER OFSS - ESTADO	1.483.393,96	2.181.174,96
BENS DE INFORMÁTICA	1.475.537,98	502.089,21	EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS	1.483.393,96	2.181.174,96
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	270.575,88	186.802,74	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	378.739,03	385.466,76
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	18.061,30	18.061,30	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO	378.739,03	385.466,76
VEÍCULOS	5.221.019,98	2.844.280,02	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO - CONSOLIDAÇÃO	378.739,03	-
DEMAIS BENS MÓVEIS	23.092,00	23.092,00	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS	378.739,03	-
BENS IMÓVEIS	3.710.155,02	3.530.355,02	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO - INTRA OFSS	-	385.466,76

BENS IMOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	3.710.155,02	3.530.355,02	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS	-	385.466,76
BENS DE USO ESPECIAL	3.462.329,40	3.462.329,40	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.209.937,73	28.003.787,48
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	68.025,62	68.025,62	RESULTADOS ACUMULADOS	25.209.937,73	28.003.787,48
DEMAIS BENS IMÓVEIS	179.800,00	-	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	25.209.937,73	28.003.787,48
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-3.280.594,98	-2.694.862,44	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	25.209.937,73	28.003.787,48
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	-3.280.594,98	-2.694.862,44	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-2.820.222,49	8.453.063,55
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	-	-2.227.789,32	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	28.003.787,48	19.552.888,32
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	2.741.664,46	-			
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	- 538.930,52	-467.073,12	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	26.372,74	-2.164,39
TOTAL	28.688.276,12	31.775.080,13	TOTAL	28.688.276,12	31.775.080,13
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64					
ESPECIFICAÇÃO				Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)				28.688.276,12	31.775.080,13
ATIVO FINANCEIRO				12.458.634,13	14.334.404,01
ATIVO PERMANENTE				16.229.641,99	17.440.676,12
PASSIVO (II)				10.218.824,08	10.803.918,90
PASSIVO FINANCEIRO				7.620.774,65	7.748.455,46
PASSIVO PERMANENTE				2.598.049,43	3.055.463,44
SALDO PATRIMONIAL (I - II)				18.469.452,04	20.971.161,23
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64					
ESPECIFICAÇÃO				Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS					
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS				-	-
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES				-	-
DIREITOS CONTRATUAIS				-	-
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS				-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS				-	-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS					
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS				-	-
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES				-	-
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS				-	-
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS				-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS				-	-
QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO					
DESTINAÇÃO DE RECURSOS				EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
1000	Recursos do Tesouro - Recursos Ordinários			641.737,64	1.495.964,88
1010	Recursos do Tesouro - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP			4.196.121,84	5.089.983,67
Total das Fontes de Recursos:				4.837.859,48	6.585.948,55

*Nota Explicativa: Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE DE ACORDO COM A LEI 4320/64.

1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei 4.320/67 que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, parte V - Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público e conforme Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial.

Destarte, insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

2 – BALANÇO PATRIMONIAL - BP

Evidencia qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

O Balanço Patrimonial apresenta uma posição estática ao final do exercício financeiro de 2019, está representada de forma resumida neste relatório e analiticamente em anexos explicativos que compõem a prestação de contas da EMDUR.

Com base nas informações acostadas no exercício financeiro de 2019, esta EMDUR apresentou um superávit financeiro e de acordo com a Lei 4320/64 art. 43 §2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

3 – BAIAS EFETUADA DO BALANÇO PATRIMONIAL

Baixa de valores do ATIVO REALIZAVEL LONGO PRAZO-ANC no exercício financeiro de 2019, por não atender o que preconiza a lei 4320/64 juntamente com o CPC 00 (R2) no que tange a definição de ATIVO. Os Valores a supramencionados são de fornecedores que estão sob a investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia, realizado através da Operação Luminus ocorrida em agosto de 2012. Tais valores ficarão disponíveis em NOTAS EXPLICATIVAS até o termino do processo e as devidas providencias LEGAIS.

Os valores apresentados estão abaixo descritos.

9.2. - Ativo Não Circulante

9.2.1. – Ativo Realizável de Longo Prazo

9.2.1.01 – Créditos a Receber por débitos de terceiros em prestação de serviços.

EMPRESA	Valores em RS
Brasil Soluti Projetos e Consultoria LTDA	64.960,00
Imagem Sinalização Viária LTDA	22.285,65
KAWAU Comércio, Serviços e Construções LTDA	316.634,63
L. de Oliveira R. Gomes Neta Materiais de Construção	22.469,20
Moriá Comércio e Serviços LTDA	139.955,36
Noberto & Lopes Construção LTDA	5.796,00
Pagamentos não identificados	540.666,27
Pagamentos sem documentos	2.500,00
Rinara Ribeiro Reis	2.604,90
SJB Construtora, Comércio e Serviços LTDA	2.660.174,58
TOTAL:	3.778.046,59

Os saldos das empresas: Brasil Soluti Projetos e Consultoria LTDA, Imagem Sinalização Viária LTDA, KAWAU Comércio, Serviços e Construções LTDA, L. de Oliveira R. Gomes Neta Materiais de Construção, Moria Comércio e Serviços LTDA, Noberto & Lopes Construção LTDA, Pagamentos não identificados, Pagamentos sem documentos, Rinara Ribeiro Reis, SJB Construtora, Comércio e Serviços LTDA, Créditos não classificados refere-se a saldos implantados da contabilidade do exercício de 2012, sendo que os valores das contra prestações dos serviços e dos fornecimentos dos materiais adquiridos estão sob investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia.

Valores a receber dos fornecedores que estão sob a investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia, realizado através da **Operação Luminus** ocorrida em agosto de 2012, devido a indícios de fraudes em licitações, não fornecimento dos materiais de iluminação e a não prestação dos serviços contratados, bem como outros delitos pertinentes à administração pública. Os valores estão registrados pelo valor originário.

Iluminação Pública	297.602,47
Créditos não classificados	17.448,77
TOTAL:	315.051,24

Créditos não classificados refere-se a saldos implantados da contabilidade do exercício de 2012, sendo que os valores das contra prestações dos serviços e dos fornecimentos dos materiais adquiridos estão sob investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia.

GILSON CLEITON DA COSTA NOGUEIRA

CRC - 008563/O-8

Contador – EMDUR

THIAGO DOS SANTOS TEZZARI

Diretor Presidente - EMDUR

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:5D17812D

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 05/03/2020. Edição 2664

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIO 2019

AV . BRASÍLIA, 1576
SANTA BÁRBARA
PORTO VELHO - RO
TEL (69) 3224 6380
EMDURPORTOVELHO.COM . BR

UF: Estado de Rondônia
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Município: PORTO VELHO
Período: Exercício de 2019
Unidade Gestora: 0007 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO-EMDUR

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ingressos		24.061.078,80	22.069.049,08
Receitas Derivadas e Originárias	1FC	0,00	0,00
Transferências correntes e recebidas	2FC	22.668.312,46	21.307.246,73
Outros ingressos operacionais		1.392.766,34	761.802,35
Ingressos Extraorçamentários		1.392.766,34	761.802,35
Desembolsos		23.308.016,13	16.844.892,69
Pessoal e demais despesas	3FC	15.105.615,00	14.464.967,40
Juros e encargos da dívida	4FC	28.886,04	45.675,51
Transferências concedidas	2FC	0,00	0,00
Outros desembolsos operacionais		8.173.515,09	2.334.249,78
Desembolsos Extraorçamentários		8.173.515,09	2.334.249,78
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		753.062,67	5.224.156,39
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ingressos		0,00	0,00
Alienação de Bens		0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
Outros Ingressos de Investimento		0,00	0,00
Desembolsos		1.920.703,41	295.865,50
Aquisição de ativo não circulante		1.920.703,41	295.865,50
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		0,00	0,00
Outros Desembolsos de Investimento		0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		-1.920.703,41	-295.865,50
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ingressos		0,00	0,00
Operações de Crédito		0,00	0,00
Integralização de Capital Social de Empresas Dependentes		0,00	0,00
Transferências de Capital Recebidas		0,00	0,00
Outros ingressos de Financiamentos		0,00	0,00
Desembolsos		708.129,14	236.096,90
Amortização/Refinanciamento da Dívida		708.129,14	236.096,90
Outros desembolsos de financiamentos		0,00	0,00
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (III)		-708.129,14	-236.096,90
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)		-1.875.769,88	4.692.193,99
Caixa e Equivalente de caixa inicial		14.334.404,01	9.642.210,02
Caixa e Equivalente de caixa final		12.458.634,13	14.334.404,01

QUADROS ANEXOS

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

RECEITAS ORIGINÁRIAS E DERIVADAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Patrimonial		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		

Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Total das Receitas Derivadas e Originárias		
QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Intergovernamentais		
da União		
do Estado e Distrito Federal		
de Municípios		
Intragovernamentais	22.668.312,46	21.307.246,73
Total das transferências recebidas	22.668.312,46	21.307.246,73
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Intergovernamentais		
da União		
do Estado e Distrito Federal		
de Municípios		
Intragovernamentais	0,00	0,00
Total das transferências Concedidas	0,00	0,00
QUADRO 3FC - DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Administração	467.308,36	328.386,33
Urbanismo	14.241.452,75	13.818.959,39
Encargos Especiais	396.853,89	317.621,68
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	15.105.615,00	14.464.967,40
QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	28.886,04	45.675,51
Total dos Juros e Encargos da Dívida	28.886,04	45.675,51

1 - Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 08 - Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal -TCERO.

2 - A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

3 - A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em relação ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício anterior.

PREFEITURA DE PORTO VELHO

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO DE ACORDO COM A LEI 4320/64.

1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei 4.320/67 que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 08 - Metodologia para Elaboração dos Fluxos de Caixa..

Destarte, insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

2 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - DFC

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC identificará:

- a. as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b. os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- c. o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

A DFC aplicada ao setor público é elaborada pelo método direto e utiliza as contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e despesas, bem como funções e subfunções, assim como outros filtros e contas necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transita pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

GILSON CLEITON DA COSTA NOGUEIRA

CRC - 008563/O-8

Contador – EMDUR

THIAGO DOS SANTOS TEZZARI

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 05/03/2020. Edição 2664
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO 2019

AV . BRASÍLIA, 1576
SANTA BÁRBARA
PORTO VELHO - RO
TEL (69) 3224 6380
EMDURPORTOVELHO.COM.BR

Município: Porto Velho			UF: Estado de Rondônia		
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS					
Período: Exercício de 2019					
Unidade Gestora: 0007 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO-					
EMDUR					
QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	22.668.312,46	21.307.246,73	PESSOAL E ENCARGOS	8.726.005,48	5.244.573,83
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	22.668.312,46	21.307.246,73	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	5.864.868,38	3.652.885,10
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	249,38	76.095,86	ENCARGOS PATRONAIS	2.356.463,42	1.170.713,18
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	249,38	76.095,86	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	504.673,68	420.975,55
			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	86.336,00	11.448,00
			PENSÕES	11.976,00	11.448,00
			OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	74.360,00	-
			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	11.595.835,09	3.288.127,54
			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	7.325.398,21	805.618,46
			SERVIÇOS	3.658.331,60	2.018.556,74
			DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	612.105,28	463.952,34
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	28.886,04	2.983.045,47
			JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	28.886,04	45.675,51
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	-	2.937.369,96
			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	-	-
			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	-	-
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	4.093.097,83	745.572,70
			DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	4.093.097,83	745.572,70
			TRIBUTÁRIAS	145.889,27	143.289,87
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	145.889,27	143.289,87
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	812.734,62	514.221,63
			INCENTIVOS	72.192,00	97.612,80
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	740.542,62	416.608,83
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	22.668.561,84	21.383.342,59	Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	25.488.784,33	12.930.279,04
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II): -2.820.222,49					

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (Decorrentes da execução orçamentária)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação do Ativo	4.582.728,19	299.965,50
Desincorporação do Passivo	708.129,14	236.096,90
Incorporação do Passivo	-	-
Desincorporação do Ativo	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO DE ACORDO COM A LEI 4320/64.

1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei 4.320/67 que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 05 - Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais.

Destarte, insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

2 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

Demonstra as alterações verificadas no patrimônio, qualitativas e quantitativamente, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. Para um melhor entendimento da finalidade desse demonstrativo, pode-se dizer que ele tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício da área empresarial, no que tange a apurar as alterações verificadas no patrimônio. É importante ressaltar que a Demonstração do Resultado do Exercício apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da empresa. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

Para se ter uma visão global do seu comportamento, são apresentados, sinteticamente, os fatores que deram causa ao Superávit ou Déficit econômico, que ano apresentado fora demonstrado um Déficit econômico no montante de R\$ - 2.820.222,49 (dois milhões oitocentos e vinte mil duzentos e vinte e dois reais e quarenta e nove centavos)

GILSON CLEITON DA COSTA NOGUEIRA

CRC - 008563/O-8

Contador – EMDUR

THIAGO DOS SANTOS TEZZARI

Diretor Presidente - EMDUR

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:87427472

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 05/03/2020. Edição 2664

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>